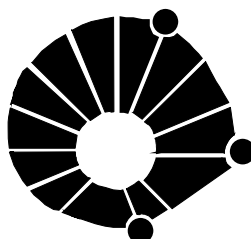


TEXTOS NEPO 28
MIGRAÇÃO EM SÃO PAULO
=5=

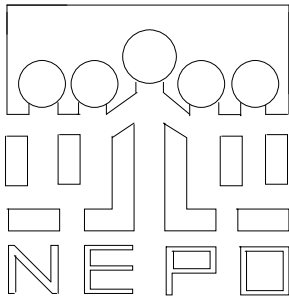
REGIÃO DE GOVERNO DE SANTOS
Rosana Baeninger
Marta Roverly Souza

REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA
Maria do Socorro Vidal
Rosana Baeninger



UNICAMP

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO – NEPO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
agosto/1994



Núcleo de Estudos de População – NEPO
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Caixa Postal 6166 – CEP: 13.081
Campinas, SP – BRASIL

REITOR

José Martins Filho

VICE-REITOR

André Maria Pompeu Villalobos

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

José Tomas Vieira Pereira

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO Hermógenes de Freitas Leitão Filho

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Carlos Henrique de Brito Cruz

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO UNIVERSITÁRIO

José Tadeu Jorge

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA Archimedes Perez Filho

COORDENADORA DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO

Elza Berquó

FICHA CATALOGRÁFICA

Baeninger, Rosana.

Região de Governo de Santos/Rosana Baeninger. Marta Roverly Souza. – Campinas: NEPO/UNICAMP, 1994.

(Migração em São Paulo, 5. Textos Nepo, 28)

Publicado com: Região de Governo de Araçatuba / Maria do Socorro Vida. Rosana Baeninger.

1. Migração Interna – Santos. 2. Urbanização – Santos. 3. Migração Interna – Araçatuba. 4. Urbanização – Araçatuba. I. Souza, Marta Roverly. II. Vidai, Maria do Socorro. III. Baeninger, Rosana. IV. Título. V. Série.

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. Migração Interna – 301.32
2. Urbanização – 301.32

REGIÃO DE GOVERNO DE SANTOS
Rosana Baeninger
Marta Rovey Souza

REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA
Maria do Socorro Vida!
Rosana Baeninger

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....05

REGIÃO DE GOVERNO DE SANTOS.....06

REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA.....42

APRESENTAÇÃO

Esta série de publicações deriva de pesquisas que se propõem a estudar os movimentos migratórios no Estado de São Paulo, referindo os aos processos mais globais que ocorrem na sociedade brasileira, como àqueles relacionados à dinâmica do Estado.

Através de dados censitários, de outros dados secundários relevantes e de visitas a campo busca-se compreender a dinâmica demográfica enquanto decorrência de processos de inserção da população nas atividades econômicas e das ações de políticas sociais; processos especializados e constituintes de polos regionais e áreas metropolitanas emergentes.

Pretende-se que a metodologia adotada referente as hipóteses das projeções populacionais para o Estado de São Paulo, na medida em que os estudos de situações concretas possam subsidiar as hipóteses sobre as tendências da dinâmica demográfica, e particularmente da migração que constitui a dimensão mais complexa na elaboração dessas projeções.

Assim sendo, a série **Migração em São Paulo** traz ao debate os resultados dos estudos realizados nas diferentes regiões que compõem o Estado de São Paulo, constituindo uma análise regional realizada basicamente a partir de dados censitários inclusive os primeiros resultados do Censo Demográfico de 1991 e estatísticas vitais, buscando traçar a evolução específica de cada área; além disso, tal análise se beneficia de informações obtidas junto a organismos institucionais locais com o objetivo de completá-la mediante a percepção dos agentes sobre as implicações dos movimentos migratórios no âmbito regional e local. Essa percepção também é considerada sob a ótica dos próprios migrantes, selecionados de acordo com o tempo de residência, a inserção na atividade econômica e o tipo de trajetória realizada a fim de reconstruir o leque de situações e de alternativas que influencia a decisão de migrar.

Esses primeiros resultados constituem, uma etapa importante de pesquisa, na medida em que fornecem subsídios para o seu prosseguimento.

REGIÃO DE GOVERNO DE SANTOS

Rosana Baeninger¹
Marta Rovey Souza²



¹ Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP e Doutoranda em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP.

² Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP e Doutoranda em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP.

Equipe:

Coordenadora

Neide Lopes Patarra

Coordenadora-Adjunta

Lúcia Maria M. M. Bógus

Coordenadoras da Região de Governo de Santos

Rosana Baeninger

Marta Rovey Souza

Estagiários

Patrícia Duarte Miranda (CNPq)

Ricardo Buratini (CNPq)

Apoio Computacional:

Vanessa Bento Cabral (CNPq)

Renato Sbizzera (FAPESP)

RESUMO

O processo de ocupação da faixa litorânea paulista iniciou-se no século XVI, com vistas à expansão dos mercados europeus. Esta área destacou-se e consolidou-se através de sua vocação portuária. A construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, para o escoamento do café no século passado, propiciou o desenvolvimento da Região. A partir dos anos 50, e particularmente dos 70, sua ocupação foi intensificada por grandes investimentos no setor secundário e de construção civil e, conseqüentemente, a expansão do setor terciário; além do incremento do turismo na Região. Atualmente, a RG de Santos apresenta 1,2 milhão de habitantes, sendo que as discussões recentes propõem que esta área seja a segunda Área Metropolitana do Interior do Estado de São Paulo.

ABSTRACT

The occupation process of the coast of São Paulo State began in the 16TH century, in the view of the expansion of the European markets. This area distinguished and consolidated itself in the coffee industry era already, through in harbor vocation. Dating from the 50's, and particularly the 70, great investments in the secondary sector and civil engineering intensified its occupation. There was also the increase of the tourism in the Region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL.....	10
Evolução da População – 1940/1991	10
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA-REGIONAIS NOS ANOS 70...18	
PESQUISA DE CAMPO	26
Aspectos Metodológicos	26
CONFIGURAÇÃO URBANA E QUESTÕES EMERGENTES	27
Configuração Urbano-Regional.....	27
Polos Intra-Regionais.....	31
Questões Emergentes.....	33
A Questão Metropolitana.....	33
A Questão Ambiental.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	39
ANEXO I	40
ANEXO II.....	41

INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a evolução populacional da Região, de 1940 a 1991, destacando as tendências atuais, particularmente das últimas duas décadas, quanto ao crescimento da população e a importância do componente migratório na configuração urbano-regional.

O objetivo principal do estudo foi analisar as seguintes questões: se a tendência de polo secundário de atração populacional no Estado, registrado nos anos 70, havia se consolidado nos anos 80; se emergiram polos no contexto intra-regional; e verificar, ainda, a relação entre as dinâmicas dos municípios, o impacto da crise econômica, os processos de conurbação e o papel desempenhado pela migração neste contexto.

O levantamento de campo, de caráter qualitativo, com agentes institucionais da Região permitiu, juntamente com as informações demográficas, elaborar um diagnóstico recente da área, incorporando questões emergentes, como a metropolitana e a ambiental.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

Evolução da População – 1940/1991

A Região de Governo (RG) de Santos é formada pelos municípios de Santos, Bertiooga, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Guarujá, Itanhaém, Peruíbe e Mongaguá. Tais municípios tiveram como origem o município de São Vicente, a partir do qual foram ocorrendo os desmembramentos apresentados no Quadro I.

Esta Região sempre desempenhou importante papel no contexto estadual, tanto do ponto de vista econômico quanto populacional. O processo de ocupação da faixa litorânea paulista açúcar do Planalto, que se dirigia à Europa através do porto. A introdução da atividade cafeeira, em meados do século, propiciou a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, para o escoamento do café, contribuindo para o desenvolvimento da Região, com a valorização de terras ao longo das novas vias de comunicação que foram abertas no caminho do mar (ARAÚJO, 1969).

O avanço econômico, em função da atividade cafeicultura, no Estado de São Paulo, do final do século passado até a crise de 1929, fez com que a Região de Santos prosperasse economicamente, consolidando a sua vocação portuária.

No início dos anos 30, com a crise cafeeira, a política federal de retomada do crescimento econômico estimulou a produção industrial e a diversificação de produtos

agrícolas para atividade comercial-exportadora no Estado. Nesse novo contexto, a Região de Santos se beneficiou com a construção da Rodovia Anchieta em 1947 e a implantação de importante polo industrial em Cubatão (SANTOS, 1992). Dentro desse processo, ocorreram, concomitantemente: o desenvolvimento de atividades turísticas e balneárias na Região, a chegada de expressivos contingentes populacionais e modificações na estrutura portuária em função dos novos produtos industrializados.

Em termos demográficos, já em 1940, essa Região chegava a representar quase 3% da população do Estado, tendência que se acentuou nas décadas seguintes. De fato, o crescimento populacional da RG, desde os anos 40, manteve-se num ritmo maior que a taxa de crescimento estadual (Tabela 1).

No período 1940/1950, enquanto a taxa média de crescimento da população do Estado era de 2,44% a.a., a da RG de Santos apresentava-se ligeiramente superior: 2,88% a.a. A construção da Rodovia Anchieta em 1947, contribuiu para a maior circulação de população e de atividades econômicas, fazendo emergir a baixada santista como um polo de turismo estadual. Nesse sentido, houve necessidades crescentes de melhorias na infraestrutura urbana da Região, a fim de atender essa demanda turística (FARIA, 1977).

TABELA 1 – Evolução da população total Estado de São Paulo e Região de Governo de Santos 1940/1991

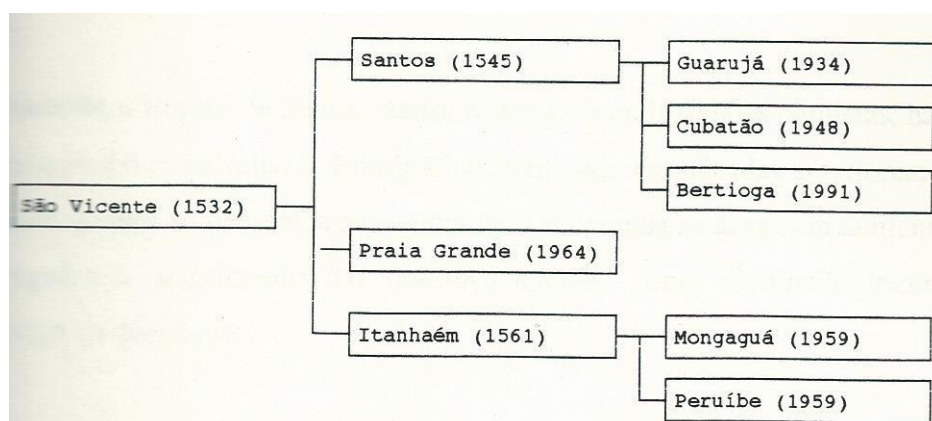
Ano	Região de Governo de Santos		Estado de São Paulo		RG de santos/Estado de São Paulo (%)
	População	Taxa de Crescimento (% a.a.)	População	Taxa de Crescimento (% a.a.)	
1940	201.279		7.180.316		2,80
		2,88		2,44	
1950	267.387		9.134.423		2,93
		4,67		3,45	
1960	422.073		12.829.806		3,29
		4,67		3,31	
1970	653.441		17.771.948		3,68
		3,94		3,49	
1980	961.249		25.040.712		3,84
		2,19		2,12	
1991	1.219.466		31.546.473		3,78

Fonte: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo 1940 a 1980). Resultados preliminares do Censo de 1991.

Os anos 50 marcaram o período de maior ritmo de crescimento da população na Região: 4,67% a.a. contra 3,45% a.a. para o conjunto do Estado, no mesmo período. De fato, nessa etapa iniciou-se a implantação de indústrias na Região, impulsionando o desenvolvimento dos setores econômicos ligados às atividades

secundárias e, particularmente, terciárias. Nesse processo, o município de Cubatão desempenhou importante papel econômico regional, uma vez que o implante industrial concentrou-se neste município; em 1950, este município participava com 9% da atividade industrial da Região, passando a responder por 72,5%, em 1960, em função da instalação da indústria petroquímica. Nesta ocasião, o município de Santos consolidava sua característica de centro portuário.

QUADRO I – Desmembramentos de Municípios Região de Governo de Santos



Fonte: Fundação SEADE (1981).

No período 1960/70, a Região já havia consolidado seu parque industrial, com a ampliação da infraestrutura de transportes, intensificação da construção civil e de atividades terciárias. Nos anos 70 houve com o processo de interiorização da indústria paulista e a ação do Estado, um aumento na capacidade de produção siderúrgica e petroquímica, com a implantação de novas unidades industriais: as obras do plano de expansão da COSIPA, a ampliação da PETROBRÁS e a consolidação do maior parque industrial de fertilizantes do País (SEP/CAR, 1991).

O grande investimento do Estado em obras de infraestrutura, nesse período, proporcionou a construção da Rodovia dos Imigrantes em 1976, o que contribuiu para o aumento de empregos na Região, além de efeitos positivos no desempenho industrial, no complexo portuário e no turismo.

Assim, até os anos 70, a taxa de crescimento da população regional permaneceu em torno de 4% a.a., o que representou um acréscimo de mais de 690 mil habitantes entre 1950 e 1980. Nesse período, a taxa de crescimento estadual manteve-se em torno de 3,5% a.a. (Tabela 1). O desenvolvimento das atividades portuárias contribuiu para maior absorção de mão-de-obra no setor terciário regional. Além disso, a demanda por serviços ligados à infraestrutura urbana, comércio e

turismo contribuíram também para o crescimento populacional da Região, ao longo desse período.

Nos anos 80, a Região de Santos, assim como as demais regiões paulistas, não apresentou o mesmo desempenho econômico e demográfico verificado em décadas anteriores; os efeitos da crise econômica do país se fizeram sentir de maneira acentuada na área com aumento no número de desempregados e acirramento das questões sociais, como violência urbana, favelas e empobrecimento da população.

Aliás, o período 1980/1991 registrou menor ritmo de crescimento populacional para o Estado de São Paulo em seu conjunto, passando este de uma taxa de crescimento populacional de 3,49% a.a., entre 1970/1980 para 2,12% a.a., no período 1980/1991. Acompanhando esta tendência, a RG de Santos que registrava uma taxa de crescimento de 3,94% a.a. nos anos 70, passou para 2,19% a.a. entre 1980/1991. Este acentuado decréscimo na taxa de crescimento regional deveu-se, fundamentalmente, ao menor ritmo de crescimento do município-sede (Santos).

Toma-se importante destacar que o expressivo aumento populacional da Região, observado no período 1940/1991, deveu-se ao crescimento da população urbana. Já em 1934, a RG de Santos ocupava o segundo lugar em números de habitantes residindo no meio urbano do município, perdendo apenas para a Região Metropolitana de São Paulo (CAMARGO, 1981). De fato, já nos anos 40 a taxa de crescimento da população urbana da RG era de 3,27% a.a., enquanto que a taxa de crescimento da população rural já havia registrado taxa negativa: -0,66% a.a. (Tabela 2). Na década seguinte, a taxa de crescimento da população urbana elevou-se consideravelmente, atingindo quase 5% a.a. entre 1950/60, apesar do ligeiro acréscimo na taxa de crescimento da população rural que passou a ser positiva: 0,92% a.a. A partir dos anos 60, as taxas de crescimento rural voltaram a ser negativas, chegando à década 70/80 a registrar -14,1% a.a. A pequena participação da população rural nesta Região está relacionada, em parte, com a qualidade do solo, e por sua localização próxima às encostas da Serra do Mar.

TABELA 2 – Taxas de crescimento populacional segundo a situação domiciliar (\a.a.)
Região de Governo de Santos – 1940/1991

PERÍODOS	URBANO	RURAL	TOTAL
1940/50	3,27	-0,66	2,88
1950/60	4,95	0,92	4,67
1960/70	4,69	-0,07	4,47
1970/80	4,26	-14,09	3,94
1980/91	2,20	0,08	2,19

FONTE: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo 1940 a 1980).
Resultados Preliminares do Censo (1991).

O problema físico-territorial da Região contribuiu fortemente para o "inchaço" da área urbana, a qual não apresentava uma infraestrutura urbana compatível com o enorme volume populacional que passava a se concentrar nessa área, ocasionando a formação de um aglomerado urbano desordenado. "A ocupação territorial se estendeu até os mangues, morros e encostas da Serra do Mar, originando uma maior verticalização nos centros mais urbanizados" (SANTOS, 1992).

Paralelamente, a população de baixa renda passou a ocupar as áreas periféricas dos municípios, principalmente no período 1970/80 com o agravamento da crise econômica, sendo que, juntamente com esse processo de "periferização" houve também o surgimento do fenômeno da favelização na Região.

Nos anos 80, observou-se ligeiro acréscimo na taxa de crescimento da população rural (0,08% a.a.); provavelmente em função do critério político-administrativo utilizado quanto ao meio urbano e rural dos municípios da Região, critério este que não incorpora as áreas de expansão urbana dos municípios. A taxa de crescimento da população urbana regional passou de 4,26% a.a., nos anos 70, para 2,20% a.a., no período 1980/91. Esse menor ritmo de crescimento urbano pode estar refletindo a menor participação do componente migratório no crescimento populacional da Região nos anos 80.

A RG de Santos sempre se caracterizou pela predominância de atividades urbanas, conseqüentemente vem comportando elevado grau de urbanização: em 1991, 99,6% da população residiam em áreas urbanas.

Observando-se as taxas de crescimento dos municípios que compõem a RG de Santos, nas últimas três décadas, verifica-se o acentuado ritmo de crescimento populacional dos municípios do entorno da sede regional já nos anos 60 (Tabela 3).

O município de Santos registrou no período 1960/70 uma taxa de crescimento de 2,66% a.a., enquanto que municípios como Guarujá e Mongaguá

apresentaram taxas superiores a 8% a.a., e outros como Peruíbe, Cubatão e Itanhaém, em tomo de 7% a.a. É importante aqui ressaltar que, embora a taxa de crescimento da população do município de Santos fosse bem menor que a dos demais municípios da RG, em 1960 este já apresentava uma população superior a 265 mil habitantes, enquanto que dentre os demais municípios da Região, apenas São Vicente encontrava-se na categoria de municípios acima de 50 mil habitantes. A população de Santos representava, em 1960, 63% do total populacional da RG.

Os anos 70 acentuaram o ritmo de crescimento de alguns municípios da Região. A maior taxa foi exibida pelo município de Praia Grande, aproximadamente 13% a.a. Segue-se o município de Peruíbe com uma taxa de crescimento populacional acima de 10% a.a., no período 1970/80. Nessa etapa, a sede regional apresentou uma taxa de 1,89% a.a. A elevação da taxa de crescimento dos municípios vizinhos reflete o processo de periferização acima mencionado.

Através da Tabela 4 é possível observar que municípios como Guarujá e Praia Grande não apresentam hoje população rural. De fato, o volume de população rural na área, em 1991, era de pouco mais que 5 mil habitantes. Para se ter uma ideia do intenso processo de urbanização, que ao longo das décadas vem se manifestando na RG de Santos, basta observar que o menor grau de urbanização registrado na Região, em 1991, foi de 95,6%, apresentado pelo município de Peruíbe.

TABELA 3 – População total por Municípios RG de Santos 1960/1991

Municípios	População Total				Distribuição Relativa na RG				Taxas de Crescimento		
	1960	1970	1980	1991	(%)				(% a.a.)		
	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991	60/70	70/80	80/91
Cubatão	25.166	50.906	78.630	91.049	5,96	7,79	8,18	7,47	7,30	4,44	1,34
Guarujá	40.790	94.021	151.127	209.814	9,66	14,39	15,72	17,20	8,71	4,86	3,03
Itanhaém	7.365	14.515	27.464	45.966	1,74	2,22	2,86	3,77	7,02	6,58	4,79
Mongaguá	2.365	5.214	9.927	18.962	0,56	0,80	1,03	1,55	8,23	6,65	6,0%
Peruíbe	3.426	6.966	18.407	32.959	0,81	1,07	1,91	2,70	7,35	10,20	5,44
Praia Grande	-	19.704	66.011	123.494	-	3,02	6,87	10,15	-	12,85	5,86
Santos (*)	265.753	345.630	416.681	428.512	62,96	52,89	43,35	35,00	2,66	1,89	0,25
São Vicente	77.208	116.485	193.002	268.732	18,29	17,82	20,08	22,01	4,20	5,18	3,05
TOTAL	422.073	653.441	961.249	1.219.4	100,00	100,00	100,00	100,00	4,47	3,94	2,19

FONTE: IBGE (Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1960 a 1980). Resultados Preliminares do Censo (1991). **Nota:** (*) Para efeito desses cálculos, o recente município de Bertioga está incorporado

ao seu município de origem.

Observando-se as taxas de crescimento da população urbana e rural para os municípios da RG de Santos, nas duas últimas décadas, verifica-se que os municípios de São Vicente, Cubatão, Mongaguá e Peruíbe, registraram taxas positivas de crescimento rural. Vale ressaltar, no entanto, que a pequena base populacional rural desses municípios reflete-se na resultante final. Por exemplo, em números absolutos, São Vicente passou de 144 habitantes rurais, em 1980, para 265, em 1991, apresentando, portanto, uma taxa de crescimento da população rural de 5,7% a.a.

Ou seja, taxa superior à sua taxa de crescimento urbano que foi de 3% a.a., pois sua base populacional urbana era de quase 200 mil habitantes, em 1980.

A comparação entre as taxas de crescimento urbana nos períodos 1970/80 e 1980/91, para os municípios da RG de Santos aponta para um menor ritmo de crescimento dessa população, na última década, para todos os municípios da área, bem como para a consolidação da tendência a maior crescimento dos municípios do entorno da sede regional.

Esse crescimento do entorno já podia ser evidenciado nos anos 70, com a perda relativa da participação da população total do município de Santos no total regional. Em 1960, 63% do volume populacional da RG de Santos deviam-se ao volume populacional do município-Sede; em 1970, passou a responder por 53% da população da Região, baixando para 43% em 1980 e chegando a representar 35% da população total da área em 1991 (vide Tabela 3). Em contrapartida, todos os municípios da RG (à exceção de Cubatão) registraram aumento em suas participações relativas no total populacional em 1991. Considerando-se o desmembramento de Bertiooga, Santos concentra hoje 34,2% da população da Região (Tabela 5).

Os municípios de Praia Grande, Guarujá e São Vicente, apresentaram os maiores acréscimos na concentração relativa da população regional em 1991. O município de Guarujá respondia por 15,7% da população regional, em 1980, e passou, em 1991, à 17,2%; a maior concentração de população nesse município se deveu ao crescimento e expansão do distrito de Vicente de Carvalho.

"Vicente de Carvalho é como uma cidade-dormitório localizada no Guarujá" (Escritório Regional de Integração).

Praia Grande e São Vicente chegaram a representar 10% e 22%, respectivamente, da população regional em 1991. Na verdade, a maior participação das

populações desses municípios no total da Região se deveu à característica que tais municípios vêm assumindo, qual seja: a de "cidade-dormitório".

TABELA 4 – População urbana e rural, taxa de crescimento e grau de urbanização RG de Santos 1980 e 1991

Municípios	População Urbana		População Rural		Taxas de Crescimento (% a.a.)				Grau de Urbanização (%)	
					Urbana		Rural		1980	1991
	1980	1991	1980	1991	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91		
Bertioga(*)	-	11.303	-	157	-	-	-	-	-	98,63
Cubatão	78.303	90.572	327	477	7,74	1,33	-32,00	3,49	99,58	99,48
Guarujá	151.127	209.799	-	15	5,26	3,03	-	-	100,00	99,99
Itanhaém	26.163	44.713	1.301	1.253	7,87	4,99	-5,33	-0,34	95,26	97,27
Mongaguá	9.826	18.841	101	121	7,75	6,10	-15,65	1,66	98,98	99,36
Peruíbe	17.048	31.497	1.359	1.462	10,89	5,74	4,17	0,67	92,62	95,56
Praia Grande	66.011	123.494	-	-	12,87	5,86	-	-	100,00	100,00
Santos	414.710	415.554	1.971	1.498	1,90	0,02	-1,11	-2,46	99,53	99,61
São Vicente	192.858	268.467	144	265	5,22	3,05	-12,54	5,70	99,93	99,90
TOTAL	956.046	1.214.240	5.203	5.248	4,26	2,20	-14,09	0,08	99,46	99,57

FONTE: IBGE (Censo Demográfico 1980). Resultados Preliminares do Censo (1991).

Nota: (*) Municípios desmembrado do Censo (1991).

"São Vicente é a cidade-dormitório de Santos e Praia Grande de Cubatão e de Santos" (Secretaria de Planejamento de São Vicente).

A baixa taxa de crescimento da população urbana registrada pela cidade de Santos, no período 1980/91 (0,02% a.a.), reflete fenômenos presentes na região, tais como a saturação urbana da cidade-sede, elevação do preço do solo e, conseqüentemente, a formação dessas cidades-dormitório. Além disso, houve a emancipação de Bertioga, ex-distrito de Santos.

Vale destacar que, dentre as regiões mais prósperas do Interior do Estado de São Paulo, a RG de Santos, registrou a menor taxa de crescimento (2,19% a.a.), abaixo da taxa média interiorana que foi de 2,30% a.a..

TABELA 5 – População Total, urbana e rural e distribuição relativa município de Santos e Bertioga 1991

Municípios	População			Grau de Urbanização	Distribuição Relativa na RG (%)		
	TOTAL	Urbana	Rural		Urbana	Rural	TOTAL
Santos	417.052	415.554	1.498	99,64	34,20	34,22	28,54
Bertioga	11.460	11.303	157	98,63	0,94	0,93	2,99
TOTAL RG	1.219.488	1.214.240	5.248	99,57	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Resultados Preliminares do Censo de 1991).

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA-REGIONAIS NOS ANOS 70

O crescimento populacional verificado na Região, ao longo dessas décadas, teve importante participação dos movimentos migratórios. O acompanhamento do componente migratório nos períodos 1970/80 e 1980/91 possibilita apreender especificidades e características distintas entre os municípios que compõem a Região (Tabela 6).

No período 1970/80, o componente migratório foi responsável por 50,6% do crescimento absoluto da população regional, enquanto que, para o período 1980/91 essa participação baixou para 20,2%. O decréscimo do componente migratório no crescimento da população em seu conjunto, nos anos 80, foi representado pelos saldos negativos registrados pelos municípios de Santos e Cubatão, bem como pelos menores volumes de migração registrados pelos municípios de São Vicente e Guarujá.

Já nos anos 70, dentre os municípios da RG, Santos havia registrado um saldo migratório bastante baixo, em torno de 8,5 mil pessoas.

Os maiores saldos migratórios registrados na década de 70/80 foram para os municípios de São Vicente (45 mil pessoas) e Praia Grande (40 mil pessoas), seguidos por Guarujá (26 mil pessoas) e Cubatão (11 mil pessoas).

De acordo com o Censo Demográfico de 1980, a Região de Governo de Santos recebeu cerca de 223.154 migrantes, dos quais 47,3% eram provenientes do próprio Estado de São Paulo, sendo que 52,7% dos fluxos tiveram origem em outros estados do Brasil. Essa é uma das características que difere bastante a RG de Santos das demais áreas do Interior paulista. Santos juntamente com a Grande São Paulo foram as regiões com maiores proporções de migrantes interestaduais na década de 70 (Fundação SEADE, 1990).

A origem dos fluxos interestaduais para a RG de Santos também assemelha-se ao perfil da procedência dos migrantes entrados na Região Metropolitana de São Paulo, ou seja, a maioria dos migrantes que chegou, na Região, nos anos 70 era

procedente do Nordeste (Tabela 7).

TABELA 6 – Componente do crescimento populacional Região de Governo de Santos
1970/80 e 1980/91

Municípios	Crescimento Absoluto		Crescimento Vegetativo		Saldo Migratório	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Cubatão	27.724	12.419	16.200	22.341	11.524	-9.922
Guarujá	57.106	58.687	30.154	45.406	26.952	13.281
Itanhaém	12.949	18.502	4.670	8.474	8.279	10.028
Mongaguá	4.713	9.035	1.216	2.678	3.497	6.357
Peruíbe	11.441	14.552	2.370	5.618	9.071	8.934
Praia Grande	46.307	57.483	4.353	16.079	41.954	41.404
Santos	71.051	11.831	62.396	57.532	8.665	-45.701
São Vicente	76.517	75.730	30.689	47.879	45.828	27.851
TOTAL	307.808	258.239	152.038	206.007	155.770	52.232

Fonte: Fundação SEADE (1993).

Os Estados da Bahia, Pernambuco e Sergipe, juntos, chegaram a contribuir com 64% dos nordestinos entrados na RG de Santos, nos anos 70. Os Estados de Minas Gerais e do Paraná alcançaram uma participação de cerca de 10% (cada estado) do total dos migrantes interestaduais recebidos pela RG de Santos.

TABELA 7 – Principais fluxos migratórios interestaduais – Região de Governo de Santos 1970/80

Origem dos Migrantes	Número Absoluto	Distribuição Relativa
Nordeste	68.597	63,09
Pernambuco	15.734	14,47
Sergipe	12.034	11,07
Bahia	16.145	14,85
Paraíba	5.779	5,32
RG do Norte	5.038	4,63
Ceará	4.722	4,34
Alagoas	6.715	6,18
Piauí	1.673	1,54
Maranhão	757	0,70
Sudeste (-SP)	19.669	18,09
Minas Gerais	11.058	10,17
Rio de Janeiro	7.299	6,71
Espírito Santo	1.312	1,21
Sul	15.859	14,59
Paraná	11.799	10,85
Santa Catarina	2.488	2,29
RG do Sul	1.572	1,44
Centro Oeste	3.641	3,35
Mato Grosso do Sul	1.455	1,34
Goiás	916	0,84
Distrito Federal	922	0,85
Mato Grosso	348	0,32
Norte	955	0,88
TOTAL	108.721	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980).

O volume de migrantes intra-estaduais para a RG de Santos foi de 105.459 pessoas, no período 1970/80, do qual 64% se deveram ao contingente proveniente da Região Metropolitana de São Paulo³ (Tabela 8). Toma-se importante ressaltar que dos

³ Para uma análise mais completa dos processos migratórios no Estado de São Paulo segundo uma perspectiva regional, veja-se o importante trabalho de Cunha e Rodrigues (1989). Veja-se também Fundação SEADE (1990).

fluxos migratórios que partiram da Grande São Paulo, em direção ao interior nos anos 70, o maior volume teve como destino a RG de Santos (67.544 pessoas), seguido pelas RGs de Campinas (66.351 pessoas), Sorocaba (34.951 pessoas) e São José dos Campos (33.764 pessoas) (FUNDAÇÃO SEADE, 1990); áreas que se constituíram em eixos da desconcentração industrial do Estado nesse período (NEGRI, 1988).

TABELA 8 – Principais fluxos migratórios intra-estaduais – Região de Governo de Santos 1970/80

Origem dos migrantes Regiões	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
RG Metropolitana de São Paulo	67.479	64,00
RG Registro	7.367	6,99
RG Presidente Prudente	3.689	3,50
RG Campinas	2.147	2,04
RG Sorocaba	1.615	1,53
RG Ribeirão Preto	1.167	1,11
RG Jundiaí	1.019	0,97
Outras Regiões	20.958	19,87
TOTAL Intra-Estadual	105.459	100,00

Fonte: IBGE (Tabulações especiais do Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989; 1990).

Além dos fluxos oriundos da Região Metropolitana de São Paulo, a RG de Santos recebeu outros migrantes procedentes de áreas próximas, como é o caso de Registro; cerca de 7.375 pessoas. Com fluxos menos volumosos, seguem-se as RGs de Presidente Prudente (3.689 migrantes) e de Campinas (2.147 migrantes)⁴.

Apesar de ter recebido um volume migratório expressivo, nos anos 70, a Região de Governo de Santos também registrou fluxos emigratórios: cerca de 77.584 pessoas, das quais 60,4% se destinaram a outras regiões do próprio Estado de São Paulo⁵ (Tabela 9).

⁴ As tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 foram elaboradas em etapa anterior e contou, no caso específico desta Região, com a colaboração de Carla Andréia Soares, DAEP, Fundação SEADE.

⁵ Com a falta de 25% do Censo Demográfico do Estado de São Paulo não foi possível identificar o destino dos migrantes que deixaram a Região em direção às outras unidades da Federação.

TABELA 9 – Principais fluxos emigratórios intra-estaduais – Região de Governo de Santos 1970/80

Destino dos Emigrantes	Número Absoluto	Distribuição Relativa (%)
Estado de São Paulo	46.876	60,42
RG Metropolitana de São Paulo	25.823	33,28
RG Campinas	3.600	4,64
RG Registro	3.005	3,87
RG São José dos Campos	1.934	2,49
RG Sorocaba	1.529	1,97
Outras Regiões	10.985	14,16
Outros Estados (*)	30.708	39,58
TOTAL	77.584	100,00

Fonte: IBGE (Tabulações especiais do Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989; 1990).

Nota: (*) Vide Nota de Rodapé n. 3.

O maior volume emigratório que partiu da Região de Governo de Santos teve como destino a Região Metropolitana de São Paulo: mais de 25 mil pessoas. Considerando se, no entanto, o fluxo de migrantes que entraram na Região proveniente da Região Metropolitana de São Paulo (67.497 pessoas) e o fluxo emigratório em direção a essa Região (25.823 pessoas) observa-se que a Região de Santos obteve um saldo positivo nessas trocas migratórias, de mais de 40 mil migrantes.

De fato, nos anos 70 iniciou-se um processo de desconcentração relativa da população a partir da área metropolitana, onde a Região de Santos caracterizou-se como importante polo secundário de atração populacional (PATARRA; BAENINGER, 1989).

No contexto intra-regional, os anos 70 marcaram um período de intensa mobilidade espacial da população: cerca de 72.893 pessoas declararam ter mudado de residência na Região, pelo menos uma vez, nessa década (Tabela 10).

Os municípios de São Vicente e Guarujá receberam os maiores volumes imigratórios (35.150 e 10.819, respectivamente), enquanto que o município de Santos chegou a alcançar um volume emigratório de 42.605 pessoas no contexto intra-regional. Pode-se dizer que Santos se constituiu na principal área de "expulsão" de migrantes intra-regionais, seguido por Cubatão. Esses dois municípios registraram elevados saldos negativos nas trocas populacionais: -33.389 e -4.546 pessoas, respectivamente. Assim,

já nos anos 70 a Região de Santos apresentava indícios de um processo de metropolização com a perda da sua população em direção aos municípios vizinhos, reproduzindo características anteriormente peculiares as grandes concentrações metropolitanas como: expansão de sua periferia, problemas de infraestrutura, transporte etc.

Os municípios de São Vicente (com um saldo líquido de quase 25 mil pessoas), Praia Grande (com 6.783) e Guarujá (com 5.787 pessoas) configuram-se como os principais polos de atração regional, demonstrando a função de cidades-dormitório a elas conferidas.

TABELA 10 – Volume imigratório e emigratório intra-regional – Região de Governo de Santos 1970/80

Municípios	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório
Cubatão	4.301	8.847	-4.546
Guarujá	10.819	5.032	5.787
Itanhaém	1.648	1.748	-100
Mongaguá	916	937	-21
Peruíbe	1.933	1.155	778
Praia Grande	8.910	2.127	6.783
Santos	9.216	42.605	-33.389
São Vicente	35.150	10.442	24.708
TOTAL	72.893	72.893	-

Fonte: IBGE (Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989; 1990).

Através da Tabela 11 é possível identificar os principais fluxos intra-regionais.

O município de Santos "perdeu" população para vários de seus municípios limítrofes, destacando-se São Vicente, para onde se dirigiu um fluxo em torno de 26 mil pessoas, e Guarujá, cerca de 8 mil. Do mesmo modo, Cubatão também perdeu população para São Vicente (mais de 5 mil pessoas). Praia Grande recebeu fluxos imigratórios, principalmente, de Santos e São Vicente, enquanto que São Vicente recebeu de Santos e Cubatão.

TABELA 11 – Principais fluxos migratórios intra-regionais – Região de Governo de Santos 1970/80

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	N.A.	%	Municípios	N.A.	%
Cubatão	Santos	3.025	70.33	Santos	1.839	20.79
	São Vicente	857	19.93	São Vicente	5.395	60.98
	Outros Municípios	419	9.74	Outros Municípios	1.613	18.23
	Total	4.301	100.00	Total	8.847	100.00
Guarujá	Santos	8.216	75.94	Santos	2.239	44.50
	São Vicente	1.265	11.69	São Vicente	1.861	36.98
	Outros Municípios	1.338	12.37	Outros Municípios	932	18.52
	Total	10.819	100.00	Total	5.032	100.00
Itanhaém	Santos	458	27.79	Peruíbe	611	34.95
	São Vicente	323	19.60	São Vicente	366	20.94
	Outros Municípios	867	52.61	Outros Municípios	771	44.11
	Total	1.648	100.00	Total	1.748	100.00
Mongaguá	Itanhaém	230	25.11	Itanhaém	205	21.88
	Santos	226	24.67	Praia Grande	416	44.40
	Outros Municípios	460	50.22	Outros Municípios	316	33.72
	Total	916	100.00	Total	937	100.00
Peruíbe	Itanhaém	611	31.61	Itanhaém	266	23.03
	Santos	733	37.92	Praia Grande	206	17.84
	Outros Municípios	589	30.47	Outros Municípios	683	59.13
	Total	1.933	100.00	Total	1.155	100.00
Praia Grande	Santos	3.934	44.15	Santos	345	16.22
	São Vicente	3.388	38.02	São Vicente	1.164	54.72
	Outros Municípios	1.588	17.82	Outros Municípios	618	29.06
	Total	8.910	100.00	Total	2.127	100.00
Santos	Guarujá	2.239	24.29	Guarujá	8.216	19.28
	São Vicente	4.249	46.10	São Vicente	26.013	61.06
	Outros Municípios	2.728	29.60	Outros Municípios	8.376	19.66
	Total	9.216	100.00	Total	42.605	100.00
São Vicente	Cubatão	5.395	15.35	Praia Grande	3.388	32.45
	Santos	28.013	74.01	Santos	4.249	40.69
	Outros Municípios	3.742	10.65	Outros Municípios	2.805	26.86
	Total	35.150	100.00	Total	10.442	100.00

Fonte: IBGE (Tabulações Especiais do Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980); Fundação SEADE (1989).

A contextualização da dinâmica migratória da Região de Santos no cenário estadual e regional aponta para duas características. No âmbito estadual a RG de Santos como um todo caracterizou-se por se constituir em um dos eixos da desconcentração relativa da população metropolitana, onde a cidade de Santos, por se constituir na capital regional, tomou-se o ponto de referência para o destino dos migrantes. No entanto, no contexto intra-regional, o município de Santos passou a "perder" população para os municípios do entorno, o que reforça a hipótese de que a população migrante tenha essa cidade como lugar de passagem.

Observa-se, desse modo, um deslocamento populacional acentuado entre esses municípios. O Mapa I, em Anexo 11, ilustra como a dinâmica migratória entre os municípios de Santos, Guarujá, São Vicente, Cubatão e Praia Grande são muito mais expressivas do que entre os municípios de Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe. De fato, os volumes de imigração foram bem mais baixos entre esses três municípios. Porém, observa-se que o município de Santos também contribuiu com fluxos migratórios para tais áreas.

Essa intensa redistribuição espacial da população aponta para as novas modalidades migratórias, particularmente os movimentos pendulares.

"A população muda daqui, mas volta aqui para trabalhar todo dia"
(Sindicato dos Operários Portuários de Santos).

Embora os movimentos pendulares sejam mais acentuados no contexto regional, é importante ressaltar, como aponta Faria (1977), a estreita ligação da área metropolitana com alguns municípios do litoral, como Santos e Cubatão, em termos de movimentação da força de trabalho entre essas localidades.

No contexto regional, de acordo com o estudo de Hogan (1990), cerca de 83 mil pessoas viajavam todos os dias para trabalhar ou estudar de um para outro município desta Região em 1980 (Tabela 12), das quais 56% se dirigiam ao município de Santos e 33% à Cubatão. O maior movimento pendular partia do município de São Vicente em direção a esses centros (39.070 pessoas), seguido pelos municípios de Santos (19.741 pessoas) e de Guarujá (18.419 pessoas).

Observa-se que para o município de Santos o movimento de entrada era bastante superior às saídas. Em contrapartida, para o Guarujá, São Vicente e Praia Grande o movimento de saída era bem maior.

TABELA 12 – Movimento pendular – Região de Governo de Santos 1980

Municípios	Movimento Pendular		Saldo
	Entradas	Saídas	
Cubatão	27.488	1.992	25.496
Guarujá	1.530	18.419	15.889
Itanhaém	403	293	110
Mongaguá	329	273	56
Peruíbe	186	179	7
Praia Grande	1.873	3.325	-1.452
Santos	46.356	19.741	26.615
São Vicente	4.127	39.070	-34.943

Fonte: IBGE (Tabulações Especiais do Censo Demográfico 1980) *Apud* Hogan (1990).

"A maioria da população de São Vicente trabalha em Santos e Cubatão, quem consegue emprego aqui fica no comércio" (Secretaria de Planejamento de São Vicente).

De acordo com Negreiros (1992), o forte movimento pendular no eixo Santos Cubatão, contribuiu para o aumento da demanda de comércio e serviços da cidade de Santos, processo este que, aliado a outros movimentos econômicos, induziu à ampliação e diversificação das atividades urbanas tanto em Santos quanto em São Vicente.

As dinâmicas econômica e migratória presentes na RG de Santos imprimiram, portanto, características específicas à área quanto à sua configuração urbana, distribuição espacial da população, condições de vida de seus habitantes, questão ambiental e turística.

PESQUISA DE CAMPO

Aspectos Metodológicos

O levantamento de campo, de caráter qualitativo, realizado na sede e em alguns municípios da Região de Governo de Santos teve como objetivo principal observar se a tendência de polo secundário de atração populacional no Estado, registrado nos anos 70, havia se consolidado nos anos 80; se emergiram polos no contexto intra-regional; e, ainda, verificar a relação entre as dinâmicas dos municípios, o impacto da crise econômica, os processos de conurbação e o papel desempenhado pela migração nesse contexto.

A escolha dos municípios para um estudo mais recente da Região se deu em função de:

Santos – Constitui a sede regional, além de centralizar atividades terciárias e turísticas. Mantém estreita ligação com Cubatão.

São Vicente – Cidade localizada no eixo Santos–Cubatão desempenha importante papel de "cidade-dormitório".

Praia Grande – Município com maior taxa de crescimento da população urbana dos anos 70 (13% a.a.) e maior saldo migratório da Região nos anos 80.

Itanhaém – Município localizado na porção Sul da Região; mantém ligação com a Região de Registro. Apresentou incremento em seu saldo migratório dos anos 70 para os 80.

Embora a escolha de tais municípios estivesse voltada mais para suas dinâmicas demográficas – em particular a migração no decorrer do levantamento de campo observou-se que outros elementos estavam interagindo, configurando uma dinâmica regional urbana específica, na qual os municípios contemplados constituíam, nessa configuração, polos intra-regionais. Nesse sentido, o levantamento de campo privilegiou essas questões. A análise dos processos migratórios permitiu identificar uma integração regional polarizada. Nos municípios visitados foram entrevistados agentes institucionais (Anexo I) ligados à questão migração e ao desenvolvimento econômico da Região.

CONFIGURAÇÃO URBANA E QUESTÕES EMERGENTES

Configuração Urbano-Regional

Registrando 1,2 milhão de habitantes residentes no meio urbano, em 1991, a Região de Governo de Santos conta com uma rede urbana bastante adensada composta por cidades com população superior a 20 mil habitantes. A Tabela 13 apresenta a classificação das cidades segundo classes de tamanho em 1980 e 1991.

A capital regional (Santos) inseria-se, em 1991, na categoria entre 100-500 mil habitantes, juntamente com Guarujá, Praia Grande e São Vicente. Cubatão foi à única cidade na classe entre 50-100 mil habitantes. Finalmente, na classe de 20-50 mil habitantes, estavam às cidades de Peruíbe, Mongaguá e Itanhaém. Vale ressaltar que apenas o recém-criado município de Bertioga situava-se na classe de tamanho de cidades inferior a 20 mil habitantes.

Desse modo, diferente de outras aglomerações urbanas do Interior que dividem sua dinâmica com cidades pequenas e médias/grandes, a Região de Governo de Santos apresenta uma configuração urbana marcada por cidades de porte intermediário e médio, onde estas últimas respondiam por 85% da população citadina regional, em 1991, e as de porte intermediário por 15%, das quais 7,5% era representado pela cidade de Cubatão.

TABELA 13 – Número de cidade (*) segundo classe de tamanho – Região de Governo de Santos 1980 e 1991

Categorias (por mil hab.)	1980			1991		
	Número	População	(%)	Número	População	(%)
20-50 mil hab	3	53.037	5,55	3	95.051	7,83
50-100 mil hab	2	144.314	15,09	1	90.572	7,46
100-500 mil hab(**)	3	758.695	79,36	4	1.028.617	84,72
Total	8	956.046	100,00	8	1.214.240	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1990). Resultados Preliminares do Censo (1991).

Notas: (*) Considera-sea população urbana residente no município.

(**) Não considera o desmembramento ocorrido em 1991.

Observando-se o número de cidades por classe de tamanho em 1980 e em 1991, nota-se que estas mantiveram-se praticamente constantes, à exceção de Praia Grande que se encontrava na categoria de 50-100 mil habitantes, em 1980, e passou à de 100-500 mil habitantes, em 1991.

Apesar da categoria 100-500 mil habitantes concentrar o maior número de cidades da região (Guarujá, Praia Grande, Santos e São Vicente), quando analisadas as taxas de crescimento da população nessas categorias de tamanho de cidades verifica-se que, mesmo com Praia Grande tendo passado para o grupo de 100-500 mil habitantes, em 1991, a maior taxa de crescimento coube à classe de tamanho de 20-50 mil habitantes: 5,45% a.a., enquanto que na classe 100-500 mil a taxa registrada foi de 2,80% a.a. De fato, de acordo com os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 houve uma diminuição no ritmo de crescimento dos grandes centros urbanos (MARTINE, 1992). Essas evidências corroboram a hipótese de uma possível consolidação da tendência à redistribuição espacial da população na RG de Santos, nos anos 80.

Como indicado anteriormente, na década de 70 houve uma acentuada expansão urbana a partir do município de Santos para os municípios de seu entorno, em função, principalmente, da chegada de elevado contingente migratório, nessa década, associada à restrição física imposta Pela Região. As informações do Censo de

1980, já indicavam o fenômeno da "perda" de população município-sede (Santos) para os municípios vizinhos, evidenciando um intenso processo de "periferização" da população na Região.

Embora ainda não se possa contar com informações mais detalhadas sobre os movimentos migratórios no período 1980/91, para a Região, é possível visualizar as tendências dos anos 80 a partir das taxas de crescimento da população, do componente vegetativo e migratório, através dos quais pode-se identificar a tendência em direção à uma desconcentração relativa da população regional (Tabela 14).

Apesar da diminuição no ritmo de crescimento da população total no período 1980/91, quando comparado com o período anterior, observa-se taxas de crescimento ainda elevada para os seguintes municípios: Mongaguá (6,06% a.a.), Praia Grande (5,86% a.a.), Peruíbe (5,44% a.a.), Itanhaém (4,79% a.a.), e, bem mais distante, para São Vicente (3,05% a.a.) e Guarujá (3,03% a.a.).

Os municípios de Cubatão e Santos registraram as menores taxas de crescimento da população, respectivamente 1,34% a.a. e 0,25% a.a. O crescimento destes municípios se deveu, fundamentalmente, à participação do componente vegetativo, uma vez que tais municípios foram os que apresentaram taxas negativas de crescimento migratório (-1,17% a.a. e -1,08% a.a., respectivamente).

Os demais municípios da Região apresentaram taxas de crescimento migratório positivas, destacando-se Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande; taxas estas superiores ao de seu crescimento vegetativo. Vale ressaltar, no entanto, que essas taxas de crescimento migratório foram bem menores que as verificadas no período 1970/80. O exemplo de Praia Grande é bastante ilustrativo: de uma taxa de crescimento migratório de 11,63% a.a., no período 1970/80, passou para 4,58% a.a., no de 1980/91.

TABELA 14 – Taxas de crescimento da população total, vegetativo e migratório – RG de Santos 1970/1991

Municípios	Taxas de Crescimento (% a.a.)					
	Total		Vegetativo		Migratório	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Cubatão	4,44	1,34	2,56	2,64	1,82	-1,17
Guarujá	4,86	3,03	2,53	2,55	2,26	0,75
Itanhaém	6,58	4,79	2,34	2,38	4,14	2,82
Mongaguá	6,65	6,06	1,70	1,95	4,86	4,63
Peruíbe	10,20	5,44	2,09	2,28	8,01	3,63
Praia Grande	12,85	5,86	1,21	1,78	11,63	4,58
Santos	1,89	0,25	1,64	1,36	0,23	-1,08
São Vicente	5,18	3,05	2,05	2,10	3,06	1,22
Total	3,94	2,19	1,92	1,90	1,96	0,48

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1970; 1980). Resultados Preliminares do Censo (1991); Fundação SEADE (1993).

Os municípios de Guarujá e São Vicente, apesar de apresentarem taxas de crescimento migratório positivo (0,75% a.a. e 1,22% a.a., respectivamente), no período 1980/91, estas foram inferiores às suas taxas de crescimento vegetativo (2,55% a.a. e 2,10% a.a., respectivamente).

Essa menor participação do componente migratório na dinâmica demográfica regional nos anos 80 aponta para algumas hipóteses. Em primeiro lugar, no contexto estadual, a proximidade geográfica e a interligação econômica da RG de Santos com a Região Metropolitana de São Paulo, podem ter contribuído para que os impactos da crise econômica da área metropolitana tenham também repercutido de maneira mais acentuada nessa Região.

De fato, os dados relativos à estrutura industrial das várias Regiões Administrativas do interior, nos anos 80, demonstram, à exceção da Região do Litoral, os efeitos do aprofundamento do processo de interiorização da indústria pelo aumento do número de estabelecimentos industriais, do pessoal ocupado e do valor da produção. No caso do litoral houve, ao contrário, uma diminuição de seu peso relativo no período 1980-85. Com relação ao número de estabelecimentos, a RA do Litoral contava em 1980 com 1.867 estabelecimentos empregando 50.288 pessoas, em 1985 decresceu o número de estabelecimentos para 1.322 e o número de pessoal ocupado para 42.915 (NEGRI, 1992). Negreiros (1992) destaca que *"o nível de emprego industrial em Cubatão diminuiu de 105,33 em 1989 para 103,15 em 1990, chegando a 90,38 em 1991. O ramo da metalúrgica foi o maior responsável por este decréscimo, cujo índice passou de 106,5 em dezembro de 1990, alcançando*

83,0 em dezembro de 1991. A indústria química também contribuiu para o aumento do desemprego industrial: em dezembro de 1989 o índice era de 105,4, em dezembro de 1990 registrou 96,3 e em dezembro de 1991 chegou a 91,0." (p. 14).

Nesse contexto de forte impacto da crise econômica nacional na área, formula-se a hipótese de que houve uma redução na entrada de migrantes na RG de Santos, particularmente provenientes do Nordeste, bem como pode ter havido uma significativa migração de retorno para as áreas de origem, tanto para outros Estados como para outras regiões do Interior paulista, contribuindo para o menor crescimento demográfico da RG de Santos. Desse modo, os anos 80, parecem não ter consolidado a tendência anterior da Região de polo secundário de atração populacional no Estado; sua dinâmica esteve muito mais voltada para novos padrões de redistribuição intra-regional, configurando novos deslocamentos populacionais.

No contexto regional, os dados referentes aos anos 80 apontam para a consolidação da tendência a um maior crescimento populacional dos municípios do entorno, fato este também observado para outras regiões do Interior, como Campinas (BAENINGER, 1992), bem como para outras regiões do País (MARTINE, 1994). A migração intra-regional parece também ter contribuído para esse crescimento, com fluxos provavelmente oriundos de Santos e Cubatão, em direção às cidades vizinhas.

Enfatizando a dinâmica demográfica regional, particularmente a migratória, a partir do levantamento de campo e da análise dos resultados do Censo Demográfico de 1991 elaborou-se uma caracterização da configuração urbana da Região, a qual se estabelece através de áreas polarizadoras.

Polos Intra-Regionais

A configuração econômica e populacional da Região conferiu ao município de Santos, até os anos 60, papel de destaque como centro da dinâmica regional. Os anos 80 indicam a consolidação de uma nova estruturação da rede urbana da RG de Santos, onde o município de Santos passou a dividir, de maneira mais acentuada, seu dinamismo com as áreas vizinhas. Nesse contexto, houve o surgimento de polos econômico-populacionais na Região.

Desse modo, configura-se como **Polo I** os municípios de Santos e Cubatão, que se caracterizam pela maior absorção da força de trabalho regional, pelo seu elevado grau de industrialização, pelas atividades de comércio e serviços. Além disso, do ponto de vista da dinâmica migratória, tais municípios apresentam relativa "perda"

populacional para os municípios do entorno e, em consequência, um forte movimento pendular oriundo desses municípios.

O **Polo II** é formado pelos municípios de São Vicente e Guarujá, mais especificamente o distrito de Vicente de Carvalho. Configuram-se como importantes "cidades-dormitório", concentradoras de população de baixa renda que exercem sua ocupação nas cidades do Polo I.

“ 70% da população de baixa renda de Guarujá mora em Vicente de Carvalho; na realidade, a sede-municipal (Guarujá) é uma cidade fantasma” (Escritório Regional de Integração).

Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe compõem o **Polo III**, no qual a atividade turística imprime a especificidade da área. Vale ressaltar que embora todas as cidades da RG tenham o turismo como uma de suas atividades econômicas, neste polo essa atividade desempenha papel prioritário. Isso se reflete na absorção dos maiores saldos migratórios regionais, nos anos 80, com a expansão das atividades urbanas ligadas ao turismo.

Finalmente, destaca-se como **Polo Intermediário** o município de Praia Grande, o qual apresenta uma dinâmica voltada para o Polo I, abrigando parte considerável da população que nele trabalha, e para o Polo DI, como importante centro de expansão urbana em direção ao litoral sul, incentivada pelas Rodovias Juquiá-São Vicente e Pedro Taques. O incremento do turismo local e a recente urbanização da orla marítima, com planos de extensão até Peruíbe, impulsionará o dinamismo do Polo Intermediário com o Polo III. Praia Grande recebe, ainda, expressivos contingentes de população flutuante.

O incremento populacional do município, bastante acentuado nas últimas décadas, se deveu, particularmente, a expansão do setor da construção civil. Nesse contexto, os elevados saldos migratórios verificados no município (41.954 pessoas no período 1970/80, e 41.707, no de 1980/91) se devem à implantação de conjuntos habitacionais e, sobretudo, ao processo de desconcentração urbana regional.

Cabe ressaltar que o recém-criado município de Bertioga, desmembrado em 1991 do município de Santos, apresenta uma dinâmica mais voltada para o litoral norte, tendo recentemente incentivado o turismo de alta-renda; ao mesmo tempo, pode-se dizer que o município constitui-se numa área turística intermediária entre a baixada santista e o litoral norte.

A bibliografia especializada referente à RG de Santos⁶ tem indicado distintas configurações urbano-regionais, destacando a expansão de eixos, vetores, centros, núcleos etc. no esforço de compreensão da dinâmica regional. No caso deste estudo, a ênfase na caracterização regional a partir da formação de polos intra-regionais pretendeu apontar uma nova dinâmica da RG, dentro de seu mais recente processo de urbanização, onde a emergência de polos imprime novas feições econômicas regionais e evidencia a homogeneização dos espaços urbanos.

Questões Emergentes

A Questão Metropolitana

De acordo com o documento Estudos de Regionalização do Estado de São Paulo para Fins de Planejamento elaborado pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo SA – EMPLASA (1990), os municípios de Santos, Bertioga, Guarujá, Praia Grande, São Vicente, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe deverão compor a segunda região metropolitana do Interior paulista.

Essa discussão não é tão recente; já nos anos 70, estudos da Comissão de Estudos sob e Metropolização da Baixada Santista (CEMBES) – constituída pelo decreto municipal n. 3.894 de 4 de agosto de 1971, apontavam a conformação dessa região, considerando, particularmente, a integração turística da área.

[...] nesse período, pensava-se numa Região Metropolitana no sentido de melhorar o transporte e incrementar o turismo [...]. A metropolização, segundo a CEMBES, era vista como uma consequência e não causa para o turismo (Escritório Regional de Integração).

Esses estudos em âmbito regional não tiveram muito fôlego, particularmente pela disputa entre as cidades, no sentido de se eleger a sede metropolitana da Região: Santos ou Cubatão.

Recentemente, a discussão tem sido retomada em âmbito estadual. No final do Governo Orestes Quécia (1987–1990) foi elaborado o Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, ainda em discussão.

A organização das áreas da Grande São Paulo, de Campinas e da Baixada Santista representa o desencadeamento de um processo

⁶ Faria (1977); Gonçalves (1977); CAR/SEPLAN (1991); Negreiros (1992); Santos (1992) entre outros.

avанçado de tratamento da questão regional no Estado, com base nas inovações trazidas pela Constituição Federal de 15/10/1988 e pela Constituição Estadual de 05/10/1989 (EMPLASA, 1990, p. 9).

A nova Constituição do Estado de São Paulo estabelece que a administração estadual seja integrada com os municípios agrupados em Regiões Metropolitanas, Aglomerados Urbanos e Microrregiões.

A ênfase dada aos aspectos regionais da ação pública nos novos textos constitucionais e o novo sistema da distribuição de competências, especialmente executivas, entre União, Estado e Município, tornam imperiosa, de um lado, maior colaboração entre Estado e Município e, de outro, planejamento da ação governamental estadual de forma regionalizada (Carta de Exposição de Motivos, Governador Orestes Quércia 15/06/1990 *apud* EMPLASA, 1990).

A questão a respeito da metropolização da Baixada Santista vem sendo retomada e amplamente debatida entre os políticos locais, pois além da disputa para sediar essa área há também o problema de quais municípios conformarão essa Região Metropolitana, uma vez que municípios pertencentes a RG de Registro têm muito mais ligação com Peruíbe, Mongaguá e Itanhaém, como é o caso de Itariri e Pedro de Toledo, do que com a dinâmica da região em que estão circunscritos. Além dessas questões há outras eminentemente políticas que se referem à divisão dos recursos orçamentários na Região.

Região Metropolitana tem que ser desde Bertioga até Itariri (Diretoria Administrativa da Prefeitura de Itanhaém).

A questão da metropolização depende de como se encara; na realidade já existe uma Região socioeconômica integrada. Pode-se discutir até quais os municípios que dela farão parte, mas existe uma interdependência entre os municípios (Escritório Regional de Integração).

A Questão Ambiental

A questão ambiental na baixada santista foi assunto de um intenso debate nos anos 70, particularmente pelos sérios problemas registrados em Cubatão. O avanço do setor químico, nessa década, provocou impactos negativos na qualidade de vida dessa população.

Os programas de controle ambiental surtiram resultados positivos; já no final dos anos 80 verificava-se uma reversão dos índices de poluição na Região. A

participação do Estado foi fundamental no desenvolvimento de programas de controle da poluição industrial e da melhoria da qualidade do ar, através da obrigatoriedade das indústrias de reduzirem a emissão de poluentes a partir da instalação de filtros em suas unidades fabris (NEGREIROS, 1992).

Cubarão é hoje como qualquer outra cidade do Interior do Estado de São Paulo, com árvores, praças (Escritório Regional de Planejamento).

Outra questão ambiental da Região refere-se à poluição das praias. O programa de despoluição das praias da Região, iniciado no final dos anos 80, particularmente em Santos e Praia Grande, constitui uma das prioridades das administrações municipais.

[...] é preciso resgatar a praia como um patrimônio; resgatar a imagem da cidade (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santos).

A Prefeitura de Praia Grande também tem investido nesse sentido. A criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDAM) vem desenvolvendo diagnóstico da situação da cidade, a fim de poder elaborar um planejamento onde o investimento em obras de saneamento básico garantam praias limpas e despoluídas. A atual administração tem investido também na urbanização da orla marítima, em infraestrutura de recepção e lazer dos turistas, com o objetivo:

"Apresentar um novo visual dessa Região, mudando radicalmente a imagem do município" (Órgão Informativo da Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande).

Praia Grande esta recebendo uma verba enorme do Governo do Estado no setor de saneamento; agora ela deverá, num espaço de 5 a 10 anos, resolver os seus problemas (Escritório Regional da Integração).

De acordo com informações da Prefeitura de Santos e Praia Grande, o início dos anos 90 já trouxe de volta boa parte do turismo santista. O programa de despoluição das praias, iniciado em Santos, tem se expandido para os demais municípios da região litorânea, em função, particularmente, de apresentar aos turistas uma Região moderna e urbanizada. Estima-se que a população flutuante na baixada santista alcance mais de 1 milhão de pessoas no ano 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui apresentadas procuraram apontar, focalizando a dinâmica demográfica da Região de Governo de Santos, a nova configuração urbano-regional da área. Pode-se dizer que os anos 80 consolidaram um processo de redistribuição e desconcentração espacial da população, indicando novas áreas de recepção de migrantes, particularmente, intra-regionais, como Praia Grande, Guarujá e São Vicente.

Do ponto *de* vista econômico, essa região não tem recebido incentivos para a implantação de indústrias e, ao que tudo indica, fortalecerá, nos anos 90, sua vocação portuária e turística. Desse modo, a tendência regional aponta para uma volumosa população urbana, que deverá apresentar taxas de crescimento populacionais bem menores nas próximas décadas, tanto em função da continuidade da queda da fecundidade quanto aos menores fluxos migratórios, que se dirigirão a essa área.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO FILHO, J. R. **Santos: o porto do café**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 1969.
- BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a Expansão do polo industrial paulista**. 1992. 212f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.
- BRANCO, S. M. **O fenômeno Cubatão**. São Paulo, SP: CETESB/ASCETESB, 1984.
- BUSSAB, W. O. et al. **Perfil da indústria no interior do Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1987.
- CAMARGO, J. F. **Crescimento econômico e desenvolvimento da população**. São Paulo, SP: EDUSP, 1981.
- CANO, W.; NEGRI, B.; GONÇALVES, M. F. (Org.). **O processo de interiorização do desenvolvimento e da urbanização no Estado de São Paulo**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista).
- _____. **Características gerais do processo de industrialização paulista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988.
- CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios no Estado de São Paulo: uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, 1989.
- _____. Migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, 1987.
- EMPLASA. **Estudos de regionalização do Estado de São Paulo para fins de planejamento**. 1990. (Mimeo).
- FARIA, V. **Processo de urbanização no litoral: retomada**. 1977. (Mimeo).
- FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, SP, 1993.
- _____. **Informe demográfico**. São Paulo, SP, n. 11, 1990.
- _____. **Informe demográfico**. São Paulo, SP, n. 1, 1981.
- GIRALDELLI, B. W. A urbanização do Estado de São Paulo no final do séc. XX. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo, SP, v. 1, 1989.
- GONÇALVES, M. São Vicente: cidade e turismo: retomada. 1977. (Mimeo).
- GOTIDIENER, M. **A produção social do espaço**. São Paulo, SP: EDUSP, 1993.
- HOGAN, D. J. Quem paga o preço da poluição?: uma análise de residentes e imigrantes pendulares em Cubatão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7., 1990, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1990.
- IBGE. **Censos Demográficos do Estado de São Paulo-1960 a 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1982.
- MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília, DF: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, 329).
- _____. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília, DF: Instituto SPN, 1992. (Documento de Trabalho, 11).
- _____. Migração e metropolização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 1, n. 2, 1987.

NEGREIROS, R. A **Região Metropolitana da Baixada Santista**: dinâmica socioeconômica e as perspectivas da gestão urbana. Campinas, SP: NESUR/IE/UNICAMP, 1992. (Relatório 02 do Projeto Urbanização e metropolização no Estado de São Paulo: desafios da política urbana). (Mimeo).

NEGRI, B. **A indústria de transformação no Estado de São Paulo no limiar do século XXI**: diagnósticos setoriais da economia paulista. São Paulo, SP: SPG/Fundação SEADE, 1992.

_____. **A interiorização da indústria paulista 1920-1980**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1988. (Coleção Economia Paulista).

ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE. Praia Grande, SP, 1994.

PATARRA, N. L. (Coord.). **Migração interna no interior do Estado de São Paulo**. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP; Fundação SEADE, s.d. (Relatório de Andamento de Pesquisa. (Mimeo).

_____; BAENINGER, R. Movimentos migratórios: novas características, novas implicações. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1989, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS. **Sumário de Dados**, Santos, SP, 1992.

_____. Secretaria de Educação. **Meio ambiente e a ocupação do espaço urbano**. Santos, SP, 1992.

RODRIGUES, R. N.; PERILLO, S. R. Perspectivas da migração no Estado de São Paulo e nas 11 Regiões Administrativas para o período 1980-2000. **Informe Demográfico 19**, São Paulo, SP, 1986.

_____. Região do Litoral: um núcleo de disparidades intra-regionais. **Análise Demográfica Regional**, São Paulo, SP, 1982.

SANTOS, M. A. **A Região Administrativa da baixada santista**. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (São Paulo do Limiar do Limiar do Século XXI).

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Interior pelo interior: diagnóstico regional**: Santos, SP, 1991.

_____. Coordenadoria de Ação Regional. **Diagnóstico 11**: Região de Governo de Santos. Santos, SP, 1990.

SEPLAN – SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Diagnóstico 2 Região Administrativa**: Litoral. São Paulo, SP, 1972.

SOARES, C. A. Região de Governo do Litoral. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (Mimeo).

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A baixada santista**: aspectos geográficos: povoamento e população. São Paulo, SP: EDUSP/USP/FFCL, 1965.

ANEXOS

ANEXO I

Instituições Visitadas

Município de Santos

Escritório Regional de Integração

Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Secretaria de Educação

Sindicato da Administração dos Serviços Portuários

Sindicato dos Operários Portuários

Secretaria de Transporte

Município de São Vicente Secretaria de Planejamento Secretaria de Promoção Social

Secretaria de Habitação

Município de Praia Grande Secretaria de Planejamento Secretaria de Obras e Edificações

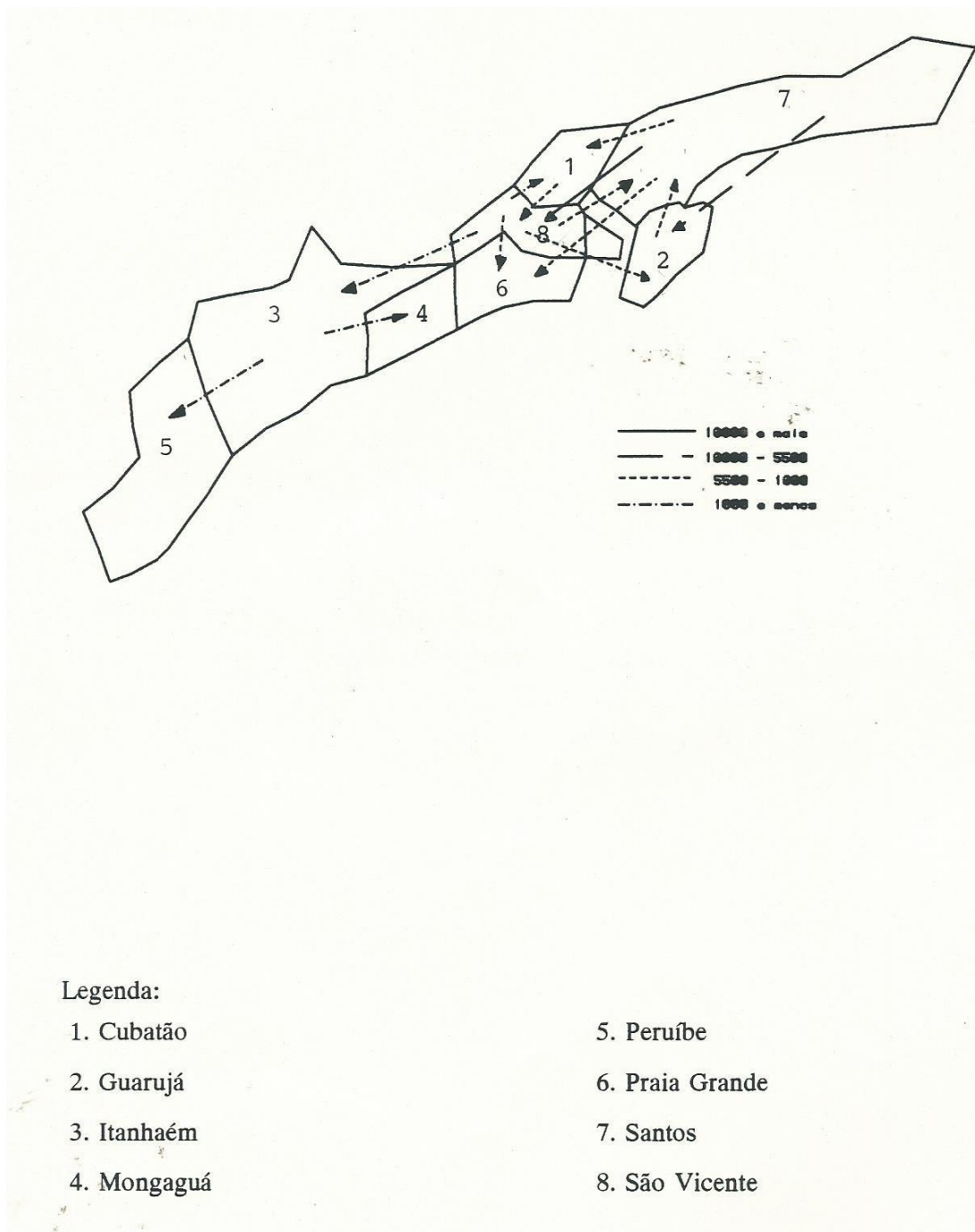
Município de Itanhaém

Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal

Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP)

ANEXO II

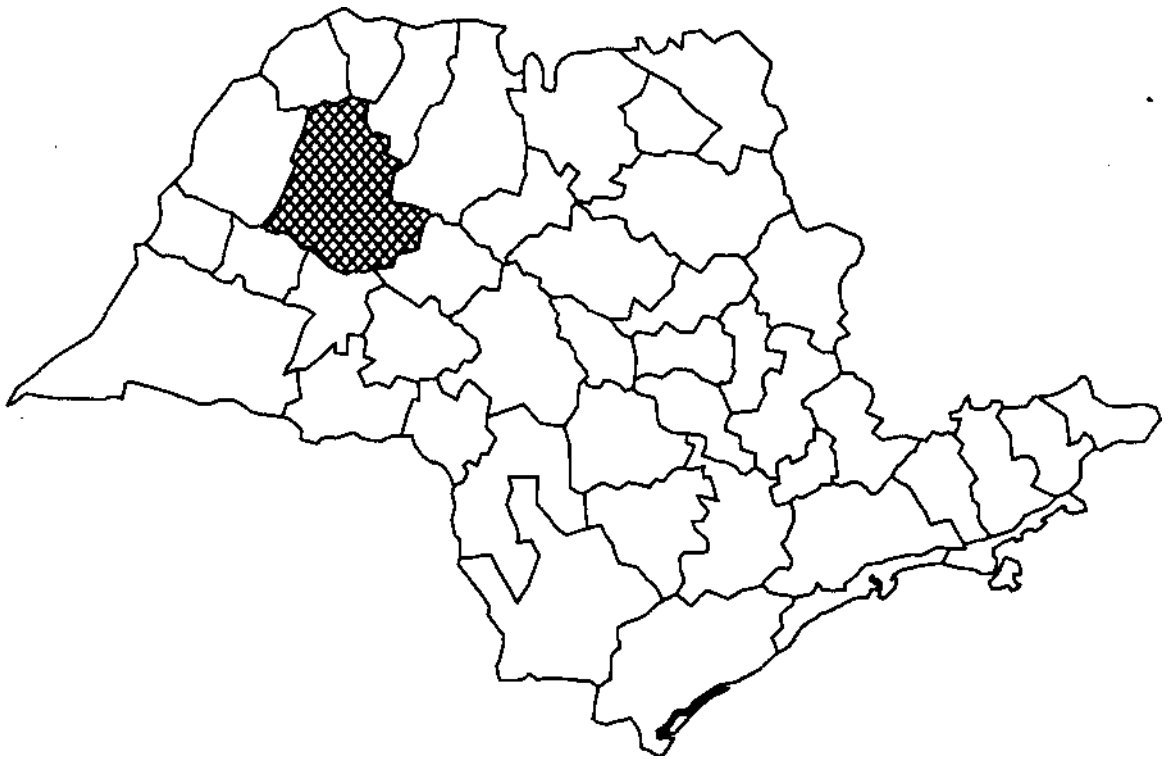
MAPA 1 – Principais fluxos migratórios intra-regionais Região de Governo de Santos
1970-1980



REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA

Maria do Socorro Vida*

Rosana Baeninger**



* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP).

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP e doutoranda em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP.

Equipe:

Coordenadora
Neide L. Patarra

Coordenadora-Adjunta
Lúcia M. Machado Bógus

Coordenadora da Região de Governo de Araçatuba
Maria do Socorro Vidal

Estagiários
João Luiz Leal (CNPq)
Josefa Alexandrina da Silva (CNPq)
Ricardo Buratini (CNPq)
Patrícia Duarte Miranda (CNPq)

Apoio Computacional
Vanessa Bento Cabral (CNPq)
Renato Sbizzera (FAPESP)

RESUMO

A Região de Governo de Araçatuba está localizada na parte noroeste do Estado de São Paulo. Sua ocupação inicial se deu em função da ampliação da fronteira agrícola cafeeira, que impulsionou o desenvolvimento de uma infraestrutura viária avançada e criou condições para que a Região se integrasse ao processo produtivo estadual. A partir dos anos 50, de uma economia originariamente voltada para a produção cafeeira, a RG de Araçatuba passou a contar com uma pecuária significativamente crescente. A passagem da lavoura para a pecuária provocou um enorme êxodo rural na Região. No final da década de 70, a Região começou a apresentar nova dinâmica de crescimento econômico, com a implantação do Proálcool, contribuindo para a introdução de novas e diferentes ofertas de emprego para a força de trabalho regional, com efeitos sobre a dinâmica populacional da área.

ABSTRACT

The Governmental Region of Araçatuba at Northwest of São Paulo. Its initial occupation happened with the enlargement of the agricultural coffee industry frontier, which stimulated the development of the important road net structure. Dating from the 50's, the Government Region of Araçatuba began to count upon the crescent cattle raising expansion. The passage of the agriculture to the cattle raising caused a big rural exodus in that Region. In late 70's, the Region began to show a new dynamic of the economical growing, with the implantation of the Proálcool, contributing to the absorption of the local labor market, with effects on the population dynamics of the Region.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	46
DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL.....	48
Evolução da população.....	52
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA-REGIONAL NOS ANOS 70.....	58
PESQUISA DE CAMPO.....	68
Aspectos metodológicos.....	68
REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA: À ESPERA DE INVESTIMENTOS QUE DINAMIZEM SUAS POTENCIALIDADES.....	69
Município de Araçatuba.....	70
Município de Birigui.....	74
Município de Penápolis.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS.....	80
ANEXOS.....	81
ANEXO I.....	82
ANEXO II.....	83
ANEXO III.....	84

INTRODUÇÃO

A Região de Governo (RG) de Araçatuba está localizada na parte noroeste do Estado de São Paulo, abrangendo vinte e nove municípios (Anexo I). Limita-se à oeste com a RG de Andradina; à sudeste com as RGs Lins e São José do Rio Preto; à noroeste com a RG de Votuporanga; ao norte com as RGs de Femandópolis e Jales; e ao sul com as RGs de Tupã e Andradina.

A sua ocupação inicial se deu em função da ampliação da fronteira agrícola cafeeira, que impulsionou o desenvolvimento de uma infraestrutura viária avançada e criou condições para que a Região se integrasse ao processo produtivo estadual. O seu povoamento efetivo está ligado ao avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início do século, que ligou Bauru, às barrancas do rio Paraná. Essa ferrovia liga o Estado de São Paulo ao Estado de Mato Grosso do Sul, que interliga o Brasil com os seguintes países da América do Sul: Bolívia, Paraguai, Peru, Argentina e Chile.

Entre 1920 e 1950, a Região foi favorecida pelo avanço das atividades agrícolas e pecuárias, confirmando-se um acréscimo populacional representativo. Nesse período, notadamente na década de 30, o município de Araçatuba passou a configurar-se como polo de atração regional. Além da integração ferroviária a Região beneficiou-se da implantação da rede de estradas de rodagem com a construção do trecho Bauru-Araçatuba entre 1940/49.

A pujança regional desse período expressou-se no número de municípios criados até os anos 50. Dos 29 municípios que hoje compõem a Região, 12 foram desmembrados entre 1920 e 1950 (Quadro 1).

De uma economia originariamente voltada para a produção cafeeira a Região de Governo de Araçatuba passou a contar com uma pecuária significativamente crescente. A vulnerabilidade do café no mercado internacional, o seu declínio, a proximidade à áreas tipicamente criadoras (Mato Grosso) e a disponibilidade de terras adequadas à pastagem foram fatores que definiram a introdução e consolidação da Região como área de pastagens. Dessa forma passou-se ao ciclo da pecuária (VASCONCELOS, 1992a).

QUADRO I – Desmembramento de Municípios 1921-1991

Bauru (1887)	Penápolis (1913)	Araçatuba (1921)	Guararapes (1937)	Rubiácea (1948)
			Valparaíso (1937)	Bento de Abreu (1948)
			Sto Antão do Aracanguá (1991)	
		Birigui (1921)	Coroados (1928)	Clementina (1954)
			Bilac (1944)	Piçatú (1954)
				Gabriel Monteiro (1959)
		Glicério (1925)	Braúna (1954)	Luiziânia (1959)
		Avanhandava (1927)	Barbosa (1959)	
		Alto Alegre (1954)		
		General Salgado (1944)	São João de Iracema (1991)	
			Auriflama (1954)	Guzolândia (1964)
		Buritama	Turiúba (1959)	Lourdes (1991)
São José do Rio Preto (1894)	Monte Aprazível (1942)	Nhandeara (1944)	Gastão Vidigal (1954)	Nova Lusitânia (1964)
				Santópolis do Aguapeí (1959)

Fonte: Fundação SEADE (1980).

A passagem da lavoura para pecuária provocou um impacto significativo sobre o comportamento da população regional. A erradicação do café dispensou um grande contingente de trabalhadores do campo. Ao mesmo tempo, o acelerado processo de pecuarização se caracterizou por absorver um número restrito de mão de obra; parcela significativa da força de trabalho regional do campo dirigiu-se aos centros urbanos do Estado.

No final da década de 70, no entanto, a Região começou a apresentar relativo crescimento econômico com a implantação do Proálcool, que culminou com a destinação de grandes faixas de terra para o plantio da cana-de-açúcar e instalação de destilarias de álcool e usinas de açúcar. Em 1991, a Região de Governo de Araçatuba ocupava o 16º lugar em produção de açúcar no Estado de São Paulo. Esse processo de dinamização da economia incluiu também a introdução de novas e diferenciadas ofertas de emprego para a força de trabalho regional, com efeitos sobre a dinâmica populacional da Região.

A recente execução das obras da hidrovía Tietê/Paraná e a duplicação da Rodovia Marechal Rondon reafirmam as condições favoráveis de localização geográfica da Região, que poderá ser beneficiada com o processo de dinamização da economia do Interior paulista.

DINÂMICA DEMOGRÁFICA REGIONAL

A Região de Governo de Araçatuba sofreu, de maneira acentuada, os efeitos do esvaziamento populacional, através do seu êxodo rural, a partir dos anos 50. A primeira metade deste século ainda foi caracterizada por um moderado acréscimo populacional na Região, em função da abertura de novos espaços econômicos rurais, impulsionado pelo avanço das atividades agrícolas e pecuárias.

No período 1940/50, a taxa de crescimento populacional da RG de Araçatuba era bastante próxima à taxa registrada para o conjunto do Estado: 2,01% a.a. e 2,44% a.a., respectivamente (Tabela 1). A participação relativa da população dessa região no Estado chegava a representar 3,24% do total populacional em 1940, e 3,11%, em 1950.

Na verdade, os anos 40 marcaram o processo de ocupação regional, com elevadas taxas de crescimento urbano: 4,81% a.a., no período 1940/50, e 4,96% a.a., nos anos 50 (Tabela 2). Esse crescimento urbano refletiu a instalação de uma infraestrutura viária que garantiu à Região de Araçatuba a posição de centro abastecedor das áreas cafeeiras vizinhas, contribuindo, como já apontado, para o

surgimento de novas vilas e cidades.

TABELA 1 – Evolução da população total Região de Governo de Araçatuba e Estado de São Paulo – 1940/1991

Ano	RG de Araçatuba	Estado de São Paulo	Dist. Relat. RG/ESP (%)	Taxas de Crescimento (% a.a.)	
				RG de Araçatuba	Estado de S. Paulo
1940	232.594	7.180.316	3,24	2,01	2,44
1950	283.834	9.134.423	3,11	1,65	3,46
1960	344.322	12.829.806	2,61	0,29	3,31
1970	344.265	17.771.948	1,94	0,66	3,49
1980	367.583	25.040.712	1,47	1,70	2,12
1991	442.622	31.546.473	1,40		

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1940 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991).

A partir dos anos 50, no entanto, o declínio do café, ocasionado pela exaustão do solo e a vulnerabilidade do produto no comércio exterior, trouxe mudanças significativas para a Região de Araçatuba (SEPLAN, 1972). A Região, que já utilizava suas terras para engorda da pecuária extensiva do Mato Grosso, passou a se dedicar à pecuária de corte.

TABELA 2 – Taxas de crescimento da população total, urbana e rural Região de Governode Araçatuba – 1940/1991

Período	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
	Urbana	Rural	Total
1940/50	4,81	1,06	2,01
1950/60	4,96	-0,06	1,65
1960/70	4,37	-3,67	0,29
1970/80	3,15	-4,66	0,66
1980/91	2,91	-3,85	1,70

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1940 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991).

Nesse contexto, entre 1960 e 1970, a Região obteve um aumento populacional absoluto inferior a 10 mil habitantes, sendo que sua taxa de crescimento populacional que era de 1,65% a.a. entre 1950/60 passou a ser de 0,29% a.a. entre 1960/70. Nesses mesmos períodos, as taxas de crescimento do Estado eram superiores a 3% a.a.

As taxas de crescimento da população rural, que já no período 1950/60 havia se mostrado negativa (-0,06% a.a.), elevaram-se para -3,67% a.a., entre 1960/70, e -4,66% a.a., no período 1970/80 (Tabela 2).

A partir dos anos 70, no entanto, a Região começou a ensaiar um movimento de retomada em seu ritmo de crescimento populacional, passando a registrar taxas de 0,66% a.a., entre 1970/80, e 1,70% a.a., entre 1980/91; taxas, contudo, ainda bem abaixo da média estadual (3,49% a.a. e 2,12% a.a., respectivamente).

A introdução da cana-de-açúcar na Região, nos anos 70, contribuiu também para a expansão dos demais setores da economia, absorvendo parte da mão-de-obra local. Em 1980, a População Economicamente Ativa (PEA) regional concentrava-se no setor terciário (43,3%), seguido pelo setor primário (31,4%) e pelo secundário (25,3%). O elevado percentual no setor terciário se deveu, por um lado, à maior concentração da população urbana e, por outro lado, ao desenvolvimento de uma infraestrutura urbana mais desenvolvida no município-sede da Região, que se transformou num importante centro prestador de serviços e comércio na área (ERI/SEPLAN, 1990). De fato, a elevada participação deste setor se reflete no aumento do número de pessoal ocupado e no número de estabelecimentos do comércio regional entre 1980 e 1985 (Tabela 3).

TABELA 3 – Número de estabelecimentos do comércio varejista e atacadista e pessoal ocupado – Região Administrativa de Araçatuba 1980-1985

Áreas	1980		1985	
	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
RA Araçatuba	3.413	14.546	4.077	18.026
RG Araçatuba	2.334	10.154	2.875	13.181
RG Andradina	1.079	4.392	1.202	4.845

Fonte: Fundação SEADE (1991).

O setor secundário é constituído por pequenas empresas, com predomínio das indústrias tradicionais. Destaca-se a indústria alimentícia, que foi responsável, em 1980, por 28,8% do Valor da Transformação Industrial da Região. Em menores proporções, destacam-se as indústrias de vestuário, calçados e artigos de tecido (responsável por 15,6% do ICMS da RA, em 1990), bem como as indústrias de produtos minerais não metálicos. Apesar do decréscimo no número de estabelecimentos da indústria de transformação, houve um aumento no número de

peçoal ocupado neste setor na Região de Governo de Araçatuba: 15.944 pessoas, em 1980, e 21.794, em 1985 (Tabela 4).

TABELA 4 – Número de estabelecimentos da indústria de transformação e peçoal ocupado Região Administrativa de Araçatuba – 1980-1985

Áreas	1980		1985	
	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado	Número de Estabelecimentos	Pessoal Ocupado
RA Araçatuba	1.274	18.600	1.161	25.224
RG Araçatuba	997	15.944	920	21.794
RG Andradina	277	2.656	241	3.430

Fonte: Fundação SEADE (1991).

Quanto às atividades ligadas ao setor primário, a pecuária é bastante importante, sendo considerada uma das principais áreas de invernada do Estado. Essa atividade desenvolveu-se na Região, graças à sua proximidade com os Estados de Goiás e Mato Grosso – tradicionais criadores de gado. A existência de frigoríficos de porte localizados na área e a política favorável à exportação do produto vêm se constituindo nos principais incentivos à expansão da pecuária regional.

Os produtos agrícolas que mais se destacam na Região são a cana-de-açúcar, o algodão e o milho. Apesar de a agricultura ter perdido espaço para a pecuária, esta tem sua importância no contexto econômico local, uma vez que os produtos cultivados constituem matérias-primas industriais, abastecendo também as indústrias localizadas nas regiões próximas. Em 1985, a RG de Araçatuba havia produzido 60.320 toneladas de açúcar, passando para 43.903 toneladas em 1991 (FUNDAÇÃO SEADE, 1991). Por outro lado, a produção de álcool vem aumentando: 330 mil litros, em 1985, e 402 mil em 1991 (Tabela 5).

TABELA 5 – Produção de álcool por tipo⁽¹⁾ (em 1000 litros) – Região Administrativa e de Governo de Araçatuba

Áreas	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991 ⁽²⁾
RA Araçatuba							
Anidro	64.607	71.641	34.384	38.093	39.971	38.053	27.331
Hidratado	321.573	338.804	345.788	384.702	427.853	372.681	439.204
Total ⁽³⁾	386.180	410.445	380.172	422.795	467.824	410.734	466.535
RG Andradina							
Anidro	5	-	-	-	-	-	-
Hidratado	56.562	66.314	54.260	55.964	63.701	50.153	64.269
Total ⁽³⁾	56.577	66.314	54.260	55.964	63.701	50.153	64.269
RG Araçatuba							
Anidro	64.602	71.641	34.384	38.093	39.971	38.053	27.331
Hidratado	265.006	272.490	291.528	328.738	364.152	322.528	374.935
Total ⁽³⁾	329.608	344.131	325.912	366.831	404.123	360.581	402.266

Fonte: IBGE (Censos Econômicos 1980; 1985); Fundação SEADE (1991).

Notas: (1) Período de Safra – início: junho; término: maio; (2) Posição em 30/12/1991; (3) Anidro, Hidrato e Refinado.

Evolução da População

A Região de Governo de Araçatuba concentrava, em 1991, 72% do total populacional de sua região administrativa (RA de Araçatuba), respondendo por 2,7% da população do Interior do Estado de São Paulo (Tabela 6).

Apesar da RA de Araçatuba ter se caracterizado como área de emigração por algumas décadas, os anos 80 indicaram sinais de reversão tanto para a RG de Araçatuba, que apresentou elevação em sua taxa de crescimento da população de 1970/80 para 1980/91 (0,66% a.a. e 1,70% a.a., respectivamente), quanto para a RG de Andradina, que chegou a passar de uma taxa negativa de 1,45% a.a. para 0,81% a.a. nesses períodos.

O acompanhamento da evolução populacional dos municípios que compõem a Região de Governo de Araçatuba de 1970 a 1991, permite observar a tendência a um maior dinamismo em alguns municípios e a continuidade da tendência anterior de evasão populacional em outros (Tabela 7).

**TABELA 6 – Evolução da população, segundo as Regiões de Governo
Região Administrativa de Araçatuba – 1960-1991**

Regiões de Governo	População Total				Distribuição Relativa no Total da RA (%)				Participação Relativa no Total Populacional do Interior (%)				Taxas Anuais de Crescimento Populacional (% a.a.)		
	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991	1960	1970	1980	1991	60/70	70/80	80/91
RG de	334.322	344.265	367.583	442.622	68,43	65,41	70,03	72,04	4,08	3,57	2,95	2,74	0,29	0,66	1,70
RG de	154.256	182.079	157.277	171.817	31,57	35,59	29,97	27,96	1,88	1,89	1,26	1,07	1,67	-1,45	0,81
RA de	488.578	526.344	524.860	614.439	100,00	100,00	100,00	100,00	5,97	5,46	4,21	3,81	0,74	-0,03	1,44

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1960 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991).

Dentre os municípios, Araçatuba, Birigui e Penápolis apresentaram incrementos populacionais significativos; Araçatuba e Penápolis em torno de 40%, entre 1970 e 1991, e Birigui superior a 100%. Segue-se, bem mais distante, o município de Buritama, que vem apresentando tendência crescente em seu volume populacional: 10 mil habitantes, em 1970; 11,5 mil, em 1980; e 12,7 mil, em 1991.

Os demais municípios podem ser divididos em dois grupos. O primeiro composto por aqueles que em 1980 apresentaram uma inflexão em sua tendência, com a perda – em números absolutos – de população, sendo que em 1991 retomaram tendência ascendente, são eles: Auriflama, Avanhandava, Bento de Abreu, Bilac, Clementina, Coroados, Gastão Vidigal, General Salgado, Guararapes, Guzelândia, Luiziana, Nova Lusitânia, Rubiácea, Santópolis do Aguapeí e Valparaíso. Ou seja, a metade dos municípios da Região registrou sinais de reversão, em comparação às suas tendências anteriores. O segundo grupo é composto por municípios que vêm apresentando perdas populacionais ao longo das décadas em estudo, tais como: Alto Alegre, Gabriel Monteiro, Glicério, Piacatu e Turiúba. A Região em seu conjunto apresentou um incremento populacional de 98.357 habitantes, de 1970 para 1991.

Os maiores volumes populacionais estão concentrados nos municípios localizados ao longo da Ferrovia Noroeste do Brasil, os quais mantêm elevado crescimento populacional sustentado por suas atividades urbanas de subcentros regionais, tomando-se importantes polos coletores e distribuidores de produtos agropecuários, como Birigui e Penápolis.

De fato, o aumento populacional observando na Região, nos anos 70 e 80, se deveu, em parte, ao crescimento urbano dos municípios. Em 1970 apenas nove municípios da área apresentavam mais que 50% de sua população vivendo em zonas urbanas; em 1991, apenas um dos municípios (Rubiácea) não chegava a ter grau de urbanização superior a 50%.

Nesse contexto, as taxas de crescimento da população urbana dos municípios vêm se apresentando positivas (Tabela 8). No período 1970/80 apenas três municípios da RG haviam registrado taxas de crescimento urbano negativo (Bento de Abreu, Piacatu e Santópolis do Aguapeí). Na década 1980/91, todos os municípios passaram a registrar taxas positivas de crescimento urbano, destacando-se: Bento de Abreu, Clementina, General Salgado, Nova Lusitânia, Piacatu e Santópolis do Aguapeí, com taxas superiores a 5% a.a.

TABELA 7 – Evolução da população urbana, rural e total segundo municípios – Região de Governo de Araçatuba 1970/1991

Municípios da RG	População Total			População Urbana			População Rural			Grau de Urbanização		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Alto Alegre	7.473	6.088	4.790	1.825	2.202	2.617	5.648	3.886	2.173	24,42	36,17	54,63
Araçatuba(*)	108.51	129.30	159.49	86.884	116.43	150.85	21.628	12.873	8.646	80,07	90,04	94,58
Auriflama	13.266	12.029	12.761	5.726	7.817	10.180	7.540	4.212	2.581	43,16	64,98	79,77
Avanhandava	5.974	6.407	7.964	3.720	4.769	6.867	2.254	1.638	1.097	62,27	74,73	86,23
Barbosa	4.871	5.584	5.381	2.463	3.440	3.906	2.408	2.144	1.475	50,56	61,60	72,59
Bento de Abreu	2.529	2.041	2.393	1.040	952	1.872	1.489	1.089	521	41,12	46,64	78,23
Bilac	5.983	5.333	5.457	2.527	3.601	4.414	3.456	1.732	1.043	42,24	67,52	80,89
Birigui	34.976	50.889	75.107	27.118	45.338	70.547	7.858	5.551	4.560	77,53	89,09	93,93
Braúna	5.038	4.552	4.265	2.011	2.301	2.829	3.027	2.251	1.436	39,92	50,55	66,33
Buritama	10.019	11.582	12.720	5.634	9.410	11.309	4.385	2.172	1.411	56,23	81,25	88,91
Clementina	5.247	4.294	4.884	1.520	1.898	4.094	3.727	2.396	790	28,97	44,20	83,82
Coroados	6.592	5.643	6.002	1.935	2.896	3.866	4.657	2.747	2.136	29,35	51,32	64,41
Gabriel Monteiro	3.344	3.003	2.469	649	941	1.269	2.695	2.062	1.200	19,41	31,34	51,40
Gastão Vidigal	4.423	3.756	3.833	1.480	2.059	2.786	2.943	1.697	1.047	33,46	54,82	72,68
Gal. Salgado(*)	16.591	11.497	12.908	3.476	4.553	9.069	13.115	6.944	3.839	20,95	39,60	70,26
Glicério	5.153	4.920	4.228	1.924	2.123	2.525	3.229	2.797	1.703	37,34	43,15	59,72
Guararapes	23.324	22.515	26.692	14.236	17.464	22.749	9.088	5.051	3.943	61,04	77,57	85,23
Guzolândia	7.605	4.311	5.051	1.295	2.367	3.378	6.310	1.944	1.673	17,03	54,91	66,88
Luiziânia	4.462	3.847	4.157	1.199	2.509	3.350	3.263	1.338	807	26,87	65,22	80,59
Nova Lusitânia	2.695	1.969	2.648	574	864	1.904	2.121	1.105	744	21,30	43,88	71,90
Penápolis	34.263	40.322	48.090	24.507	32.127	42.447	9.756	8.195	5.643	71,53	79,68	88,27
Piacaçu	5.352	4.729	4.540	1.930	1.846	3.320	3.422	2.883	1.220	36,06	39,04	73,13
Rubiácea	3.376	2.203	2.638	811	834	1.218	2.565	1.369	1.420	24,02	37,86	46,17
Santópolis do Aguapeí	3.596	3.468	3.847	1.881	1.852	3.478	1.715	1.616	369	52,31	53,40	90,41
Turiúba(*)	4.993	3.999	3.747	1.204	1.858	2.434	3.789	2.141	1.313	24,11	46,46	64,96
Valparaíso	14.608	13.298	16.551	9.483	10.011	14.074	5.125	3.287	2.477	64,92	75,28	85,03
Total	344.26	367.58	442.62	207.05	282.46	387.35	137.21	85.120	55.267	60,14	76,84	87,51

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991).

Nota: (*) Os desmembramentos ocorridos a partir dessas localidades, em 1991, ainda estão incorporados aos seus municípios de origem.

TABELA 8 – Taxa de crescimento populacional (%a.a.) e distribuição relativa da população (%) – Região de Governo de Araçatuba 1970/1991

Municípios da RG	Taxas de Crescimento (% a.a.)						Distribuição Relativa na		
	1970/80			1980/91			População Total		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	1970	1980	1991
Alto Alegre	-2,03	1,90	-3,67	-2,16	1,58	-5,15	2,17	1,66	1,08
Araçatuba(*)	1,77	2,97	-5,06	1,93	2,38	-3,55	31,52	35,18	36,04
Auriflama	-0,97	3,16	-5,66	0,54	2,43	-4,35	3,85	3,27	2,88
Avanhandava	0,70	2,51	-3,14	2,00	3,37	-3,58	1,74	1,74	1,80
Barbosa	1,38	3,40	-1,15	-0,34	1,16	-3,34	1,41	1,52	1,22
Bento de Abreu	-2,12	-0,88	-3,08	1,46	6,34	-6,48	0,73	0,56	0,54
Bilac	-1,14	3,61	-6,68	0,21	1,87	-4,51	1,74	1,45	1,23
Birigui	3,82	5,27	-3,42	3,60	4,10	-1,77	10,16	13,84	16,97
Braúna	-1,01	1,36	-2,92	-0,59	1,90	-4,00	1,46	1,24	0,96
Buritama	1,46	5,26	-6,78	0,86	1,69	-3,85	2,91	3,15	2,87
Clementina	-1,98	2,25	-4,32	1,18	7,24	-9,59	1,52	1,17	1,10
Coroados	-1,54	4,11	-5,14	0,56	2,66	-2,26	1,91	1,54	1,36
Gabriel Monteiro	-1,07	3,78	-2,64	-1,76	2,76	-4,80	0,97	0,82	0,56
Gastão Vidigal	-1,62	3,36	-5,36	0,18	2,79	-4,30	1,28	1,02	0,87
Gal. Salgado(*)	-3,60	2,74	-6,16	1,06	6,46	-5,25	4,82	3,13	2,92
Glicério	-0,46	0,99	-1,43	-1,37	1,59	-4,41	1,50	1,34	0,96
Guararapes	-0,35	2,06	-5,70	1,56	2,43	-2,23	6,78	6,13	6,03
Guzolândia	-5,52	6,22	-11,11	1,45	3,29	-1,36	2,21	1,17	1,14
Luiziânia	-1,47	7,66	-8,53	0,71	2,66	-4,49	1,30	1,05	0,94
Nova Lusitânia	-3,09	4,17	-6,31	2,73	7,45	-3,53	0,78	0,54	0,60
Penápolis	1,64	2,74	-1,73	1,61	2,56	-3,34	9,95	10,97	10,86
Piacatu	-1,23	-0,44	-1,70	-0,37	5,48	-7,52	1,55	1,29	1,03
Rubiácea	-4,18	0,28	-6,09	1,65	3,50	0,33	0,98	0,60	0,60
Santópolis do Aguapeí	-0,36	-0,16	-0,59	0,95	5,90	-12,56	1,04	0,94	0,87
Turiúba(*)	-2,20	4,43	-5,55	-0,59	2,49	-4,35	1,45	1,09	0,85
Valparaíso	-0,94	0,54	-4,34	2,01	3,15	-2,54	4,24	3,62	3,74
Total	0,66	3,15	-4,66	1,70	2,91	-3,85	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 1970 a 1980); Resultados Preliminares do Censo (1991).

Nota: (*)Os desmembramentos ocorridos a partir dessas localidades, em 1991, ainda estão incorporados aos seus municípios de origem.

A taxa de crescimento urbano regional passou de 3,15% a.a., nos anos 70, para 2,91% a.a., na década de 80. Esse decréscimo no ritmo de crescimento urbano regional se deveu às menores taxas registradas pelos municípios de porte intermediário da Região, bem como pelo município-sede (Araçatuba) que passou de uma taxa de crescimento urbano de 2,97% a.a., no período 1970/80, para 2,38% a.a. nos anos 80.

Quanto às taxas de crescimento da população rural estas vêm se apresentando negativas para todos os municípios desde os anos 70. Dentre os municípios da RG de Araçatuba destacaram-se no período 1970/91, os municípios de Santópolis do Aguapeí (com taxa de crescimento rural de -13% a.a.) e Clementina (com -9,6% a.a.). O município de Rubiácea ressaltou-se por ter passado de uma taxa negativa de -6% a.a., no período 1970/80, para uma taxa positiva de crescimento da população rural de 0,33%, nos anos 80.

Quanto ao tamanho dos municípios na Região, predominavam, em 1991, aqueles que se encontravam na categoria inferior a 20 mil habitantes. Nesse ano, apenas Araçatuba encontrava-se na classe de tamanho entre 100-500 mil habitantes. Na classe de 50-100 mil habitantes encontravam-se Birigui, e entre 20-50 mil, outros dois: Penápolis e Guararapes. Cabe ressaltar que, em 1991, foram criados mais três municípios na Região: Santo Antônio do Aracanguá, São João de Iracema e Lourdes; todos com volume populacional inferior a 10 mil habitantes (Tabela 9).

TABELA 9 – População total, taxas de crescimento distribuição relativa municípios desmembrados – Região de Governo de Araçatuba 1991

Municípios	População Total	Distribuição Relativa	Taxa de Crescimento (% a.a.)	
			Com desmembramento	Sem desmembramento
Araçatuba	152.498	34,45	1,51	1,93
Sto Ant. do Aracanguá (*)	7.001	1,58	-	-
General Salgado	11.310	2,56	-0,15	1,06
S.J. de Iracema(*)	1.598	0,36	-	-
Turiúba	2.083	0,47	-5,76	-0,59
Lourdes (*)	1.664	0,38	-	-
Total RG	442.622	100,00	1,70	1,70

Fonte: IBGE.

Nota: (*) Municípios criados pela Lei n. 7.764 de 30/12/1991.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTER E INTRA-REGIONAL NOS ANOS 70

As elevadas taxas negativas de crescimento da população rural resultaram em saldos migratórios negativos para a Região, particularmente nos anos 60 e 70 (Tabela 10), uma vez que os centros urbanos regionais não tiveram condições de reter a população que saía do campo.

TABELA 10 – Crescimento absoluto populacional, crescimento vegetativo e saldo migratório Região de Governo de Araçatuba – 1970/1991

Municípios da RG	Crescimento Absoluto		Crescimento Vegetativo		Saldo Migratório	
	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91	1970/80	1980/91
Alto Alegre	-1.385	-1.298	1.246	1.012	-2.631	-2.310
Araçatuba(*)	20.792	30.195	21.114	25.687	-322	4.508
Auriflama	-1.237	732	3.098	2.836	-4.335	-2.104
Avanhandava	433	1.557	932	1.312	-499	245
Barbosa	713	-203	944	963	-231	-1.166
Bento de Abreu	-488	352	333	328	-821	24
Bilac	-650	124	1.069	856	-1.719	-732
Birigui	15.913	24.218	7.456	12.161	8.457	12.057
Braúna	-486	-287	981	778	-1.467	-1.065
Buritama	1.563	1.138	1.524	2.176	39	-1.038
Clementina	-953	590	700	865	-1.653	-275
Coroados	-949	359	791	608	-1.740	-249
Gabriel Monteiro	-341	-534	497	324	-838	-858
Gastão Vidigal	-667	77	755	672	-1.422	-595
Gal. Salgado(*)	-5.094	1.411	2.282	2.147	-7.376	-736
Glicério	-233	-692	701	489	-934	-1.181
Guararapes	-805	4.177	4.062	4.728	-4.871	-551
Guzolândia	-3.294	740	1.178	1.173	-4.472	-433
Luiziânia	-615	310	796	735	-1.411	-425
Nova Lusitânia	-726	679	578	427	-1.304	252
Penápolis	6.059	7.768	6.380	7.659	-321	109
Piacatu	-623	-189	708	731	-1.331	-920
Rubiácea	-1.173	435	367	377	-1.540	58
Santópolis do Aguapeí	-128	379	635	746	-763	-367
Turiúba(*)	-994	-252	606	368	-1.600	-620
Valparaíso	-1.310	3.253	2.466	3.271	-3.776	-18
Total	23.318	75.039	62.199	73.430	-38.881	1.609

Fonte: Fundação SEADE (1993).

Nota: (*) Os desmembramentos ocorridos a partir dessas localidades, em 1991, ainda estão incorporados aos seus municípios de origem.

Nos anos 60, o saldo migratório negativo da Região foi bastante elevado: 74 mil pessoas. Na década seguinte a tendência negativa permaneceu, porém em níveis mais baixos.

No período 1970/80, a Região de Governo de Araçatuba chegou a registrar um saldo migratório negativo de 39 mil pessoas. Nesse período, apenas Birigui e Buritama apresentaram saldos positivos (8.457 pessoas e 39 pessoas, respectivamente). Até mesmo, o município-sede da Região havia registrado saldo migratório negativo: -322

pessoas.

Apesar do grande volume emigratório, a RG de Araçatuba recebeu cerca de 55 mil migrantes⁷ nos anos 70, dos quais 72,7% eram provenientes do próprio Estado de São Paulo e 27,3% de outros estados do Brasil.

Os fluxos interestaduais foram marcados pela presença de paranaenses, que responderam por 44% do movimento migratório interestadual. Seguem-se o Estado do Mato Grosso do Sul, responsável por 24%, e o Estado da Bahia, com participação de 8,6% no total dos fluxos migratórios provenientes de outros estados (Tabela 11).

TABELA 11 – Movimentos migratórios interestaduais – Região de Governo de Araçatuba 1970/80

Grandes Regiões e Estados	Valor Absoluto do Fluxo	Distribuição Relativa
Região Sudeste (-SP)	1.225	8,16
Região Sul	6.796	45,29
Paraná	6.668	44,44
Região Centro Oeste	4.529	30,19
Mato Grosso do Sul	3.594	23,95
Região Nordeste	2.115	14,10
Bahia	1.284	8,56
Região Norte	159	1,06
Brasil s/espec. e s/decl.	180	1,20
Total Interestadual	15.004	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980).

Vale ressaltar que, diferentemente de outras regiões do Estado, a RG de Araçatuba não se caracterizou por expressivos fluxos provenientes de Minas Gerais, estando seus movimentos migratórios circunscritos à dinâmica dos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

No contexto intra-estadual a RG de Araçatuba recebeu, nos anos 70, 39.885 migrantes⁸, dos quais 18,9% vieram da Região Metropolitana de São Paulo⁹ (Tabela 12). É importante ressaltar que nesse período assistiu-se a um processo de desconcentração industrial a partir de Grande São Paulo que

⁷ Considera-se como migrante, a pessoa que não nasceu no município atual e nele reside há menos de 10 anos.

⁸ Para uma análise mais completa dos processos migratórios no Estado de São Paulo segundo uma perspectiva regional, veja-se a importante contribuição de Cunha e Rodrigues (1989).

⁹ Essas informações foram obtidas a partir de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 que, elaboradas em etapa anterior, contou com a colaboração de Cláudia Calil Elias, então bolsista de aperfeiçoamento do CNPQ na Fundação SEADE. Veja-se também: Fundação SEADE (1990); Cunha e Rodrigues (1989).

contribuiu para o direcionamento de fluxos migratórios para o Interior paulista. Muito embora, a RG de Araçatuba não tenha se beneficiado diretamente com esse processo de interiorização da indústria¹⁰ é possível que esse contingente populacional, que se dirigiu para a Região, vindo da Grande São Paulo, estivesse num processo de migração de retomo, uma vez que a Região Metropolitana de São Paulo sempre foi o destino principal dos migrantes que partiram da RG de Araçatuba desde os anos 50.

TABELA 12 – Movimentos migratórios intra-estaduais – Região de Governo de Araçatuba 1970/80

Origem dos Imigrantes	Valor Absoluto dos Fluxos	Distribuição Relativa (%)
RG Metropolitana de São Paulo	7.559	18,95
Campinas	767	1,92
Andradina	5.561	13,94
São José do Rio Preto	3.440	8,62
Votuporanga	2.247	5,63
Jales	1.844	4,62
Lins	2.582	6,47
Tupã	1.482	3,72
Bauru	823	2,06
Outras RGs e s/espec.	13.560	34,00
Total Intra-Estadual	39.885	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989). Tabulações especiais.

Além de fluxos provenientes da Grande São Paulo, a RG de Araçatuba caracterizou-se, nos anos 70, por receber migrantes de regiões próximas, como Andradina (5.561 pessoas), São José do Rio Preto (3.440 pessoas), Votuporanga (2.247 pessoas), Lins (2.582 pessoas), Jales (1.844 pessoas) e Tupã (1.482 pessoas). As Regiões de Governo de Campinas e Bauru, embora com volume de fluxos bem menores, também contribuíram para os movimentos imigratórios em direção à RG de Araçatuba.

Como destacado anteriormente, embora tenha recebido imigrantes, a RG de Araçatuba registrou, nos anos 70, enorme volume emigratório (Tabela 13). Cerca de 81 mil pessoas deixaram a RG de Araçatuba, das quais 80% dirigiram para outras RGs do próprio Estado de São Paulo e 20% para outros Estados do País.

Do total do volume emigratório intra-estadual (65.495 pessoas), 33% teve

¹⁰ Veja-se Cano (1988).

como destino a Região Metropolitana de São Paulo e 12,3%, a Região de Governo de Campinas. Aparecem, a seguir, os fluxos em direção às Regiões vizinhas, como São José do Rio Preto, Andradina, Votuporanga etc.

TABELA 13 – Movimento emigratório intra-estadual – Região de Governo de Araçatuba 1970/80

Destino dos Emigrantes	Valor Absoluto dos	Distribuição Relativa (%)
Estado de São Paulo	65.495	80,17
RM São Paulo	21.630	33,03
Campinas	8.079	12,34
Andradina	4.964	7,58
São José do Rio Preto	4.737	7,23
Votuporanga	2.383	3,64
Jales	2.054	3,14
Lins	1.475	2,25
Tupã	1.848	2,82
Bauru	1.847	2,82
Outras RGs	16.478	25,16
Total Intra-Estadual	81.697	100,00
Outros Estados (*)	16.202	19,83

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989). Tabulações especiais.

Nota: (*) Utilizando-se o Censo Demográfico do estado de São Paulo, a falta de 25%, não é possível saber o destino dos emigrantes em âmbito interestadual.

A análise dos saldos migratórios a partir da diferença entre o fluxo de entrada e saída de uma para outra região permite caracterizar a RG de Araçatuba, em termos dos movimentos migratórios, no contexto estadual (Tabela 14).

Através desses fluxos populacionais observa-se, nos anos 70, que a RG de Araçatuba "perdeu" cerca de 25 mil pessoas para outras regiões do Estado, cabendo à Região Metropolitana de São Paulo 55% desse total, e a RG de Campinas 29%. Na verdade, a RG de Araçatuba somente "ganhou" população nos fluxos estabelecidos com a RG de Andradina (597 pessoas) e com a RG de Lins (1.107 pessoas), com as demais regiões chegou a registrar saldos negativos superiores a mil pessoas, tais como com São José do Rio Preto (-1.297 pessoas) e Bauru (-1.024 pessoas).

Essa movimentação interna pode estar refletindo mudanças no processo econômico, bem como uma maior interação dos municípios da área, contribuindo para uma maior absorção da mão-de-obra local e, conseqüentemente, diminuindo a evasão populacional da Região.

TABELA 14 – Trocas líquidas populacionais intra-estadual – Região de Governo de Araçatuba 1970/80

Regiões	Imigrantes para a RG	Emigrantes para a RG	Troca Líquida
RM São Paulo	7.559	21.630	-14.071
Campinas	767	8.079	-7.312
Andradina	5.561	4.964	597
São José do Rio Preto	3.440	4.737	-1.297
Votuporanga	2.247	2.383	-136
Jales	1.844	2.054	-210
Lins	2.582	1.475	1.107
Tupã	1.482	1.848	-366
Bauru	823	1.847	-1.024
Outras RGs	13.560	16.478	-2.918
Total	39.885	65.495	-25.610

Fonte: IBGE (Censo Demográfico 1980); Fundação SEADE (1989). Tabulações especiais.

Os movimentos migratórios no contexto intra-regional, por sua vez, apresentaram-se intensos durante os anos 70: 33.829 pessoas declararam, no Censo Demográfico de 1980, ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, na década (Tabela 15). Esse movimento intra-regional foi bastante superior ao de outras regiões do Estado, consideradas bem mais dinâmicas, como Jundiaí (20.760 migrantes intra-regionais), Limeira (8.618), Piracicaba (7.956), entre outras. O volume de migração intra-regional da RG de Araçatuba, nos anos 70, esteve próximo ao da RG de Ribeirão Preto (32.894 migrantes intra-regionais), Sorocaba (34.198) e São José do Rio Preto (36.625).

TABELA 15 – Volumes de imigração e emigração intra-regional – Região de Governo de Araçatuba 1970/80

Municípios da RG	Imigrantes	Emigrantes	Saldo Migratório Intra-Regional
Alto Alegre	666	1.002	-336
Araçatuba (*)	8.526	4.878	3.648
Auriflama	1.190	1.517	-327
Avanhandava	893	607	286
Barbosa	745	524	221
Bento de Abreu	462	391	71
Bilac	685	1.971	-1.286
Birigui	6.630	3.110	3.520
Braúna	339	1.109	-770
Buritama	833	1.616	-783
Clementina	738	1.250	-512
Coroados	1.101	1.045	56
Gabriel Monteiro	620	700	-80
Gastão Vidigal	255	476	-221
Gal. Salgado (*)	767	875	-108
Glicério	799	982	-183
Guararapes	1.958	2.808	-850
Guzolândia	487	560	-73
Luiziânia	418	538	-120
Nova Lusitânia	289	500	-211
Penápolis	2.595	3.232	-637
Piacatu	560	971	-411
Rubiácea	555	574	-19
Santópolis do Aguapeí	310	505	-195
Turiúba (*)	536	541	-5
Valparaíso	872	1.547	-675
Total	33.829	33.829	0

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980); Fundação SEADE (1989). Tabulações especiais.

Nota: (*) Os desmembramentos ocorridos a partir dessas localidades, em 1991, ainda estão incorporados aos seus municípios de origem.

Observando-se, através da Tabela 15, os volumes de imigração e emigração entre os municípios da RG de Araçatuba nota-se que o município de Araçatuba constituiu o grande polo de atração regional, apresentando, no período 1970/80, um volume imigratório de 8.526 pessoas, ou seja, 25% do total do movimento migratório intra-regional. Seguem-se Birigui, com 6.630, e Penápolis, com 2.595. Vale ressaltar que dentre esse três municípios apenas Araçatuba e Birigui apresentaram saldos migratórios positivos no contexto intra-regional.

A Tabela 16 permite identificar os fluxos migratórios estabelecidos entre os municípios, nos anos 70.

**TABELA 16 – Fluxos migratórios intra-regionais numericamente mais importantes
RG de Araçatuba 1970/1980**

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	N.A.	%	Municípios	N.A.	%
Alto Alegre	Birigui	56	8,41	Birigui	68	6,79
	Braúna	52	7,81	Braúna	107	10,68
	Penápolis	348	52,25	Luiziânia	150	14,97
	Outros	210	31,53	Penápolis	516	51,50
	Total	666	100,00	Outros	161	16,07
				Total	1.002	100,00
Araçatuba	Auriflama	645	7,57	Auriflama	484	9,92
	Birigui	1.490	17,48	Bilac	236	4,84
	Buritama	511	5,99	Birigui	1.194	24,48
	Guararapes	1.558	18,27	Guararapes	892	18,29
	Penápolis	710	8,33	Penápolis	254	5,21
	Valparaíso	875	10,26	Outros	1.818	37,27
	Outros	2.737	32,10	Total	4.878	100,00
	Total	8.526	100,00			
Auriflama	Araçatuba	484	40,67	Araçatuba	645	42,52
	General Salgado	364	30,59	General Salgado	289	19,05
	Guzolândia	268	22,52	Guzolândia	266	17,53
	Outros	74	6,22	Outros	317	20,90
	Total	1.190	100,00	Total	1.517	100,00
Avanhandava	Barbosa	159	17,81	Avanhandava	108	17,79
	Penápolis	499	55,88	Penápolis	307	50,58
	Outros	235	26,32	Outros	192	31,63
	Total	893	100,00	Total	607	100,00
Barbosa	Araçatuba	108	14,50	Avanhandava	159	30,34
	Penápolis	358	48,05	Penápolis	209	39,89
	Outros	279	37,45	Outros	156	29,77
	Total	745	100,00	Total	524	100,00

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	N.A.	%	Municípios	N.A.	%
Bento de Abreu	Araçatuba	93	20,13	Araçatuba	172	43,99
	Guararapes	91	19,70	Guararapes	67	17,14
	Valparaíso	211	45,67	Valparaíso	133	34,02
	Outros	67	14,50	Outros	19	4,86
	Total	462	100,00	Total	391	100,00
Bilac	Araçatuba	236	34,45	Araçatuba	482	24,45
	Birigui	153	22,34	Birigui	922	46,78
	Outros	296	43,21	Outros	567	28,77
	Total	685	100,00	Total	1.971	100,00
Birigui	Araçatuba	1.194	18,01	Birigui	1.490	47,91
	Bilac	922	13,91	Buritama	257	8,26
	Buritama	653	9,85	Coroados	403	12,96
	Clementina	620	9,35	Outros	960	30,87
	Coroados	534	8,05	Total	3.110	100,00
	Outros	2.707	40,83			
	Total	6.630	100,00			
Braúna	Alto Alegre	107	31,56	Birigui	232	20,92
	Penápolis	66	19,47	Clementina	177	15,96
	Coroados	44	12,98	Penápolis	274	24,71
	Outros	122	35,99	Outros	426	38,41
	Total	339	100,00	Total	1.109	100,00
Buritama	Birigui	257	30,85	Araçatuba	511	31,62
	Penápolis	103	12,36	Birigui	653	40,41
	Turiúba	157	18,85	Turiúba	169	10,46
	Outros	316	37,94	Outros	283	17,51
	Total	833	100,00	Total	1.616	100,00
Clementina	Bilac	122	16,53	Araçatuba	235	18,80
	Braúna	177	23,98	Birigui	620	49,60
	Birigui	79	10,70	Outros	395	31,60
	Glicério	73	9,89	Total	1.250	100,00
	Outros	287	38,89			
	Total	738	100,00			
Coroados	Araçatuba	158	14,35	Araçatuba	181	17,32
	Birigui	403	36,60	Birigui	534	51,10
	Penápolis	348	31,61	Outros	330	31,58
	Outros	192	17,44	Total	1.045	100,00
	Total	1.101	100,00			

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	N.A.	%	Municípios	N.A.	%
Gabriel Monteiro	Araçatuba	76	12,26	Birigui	278	39,71
	Bilac	87	14,03	Piacatu	153	21,86
	Piacatu	218	35,16	Outros	269	38,43
	Outros	239	38,55	Total	700	100,00
	Total	620	100,00			
Gastão Vidigal	Nova Luzitânia	96	37,65	Araçatuba	172	36,13
	Turiúba	59	23,14	General Salgado	83	17,44
	Outros	100	39,22	Nova Luzitânia	75	15,76
	Total	255	100,00	Outros	146	30,67
				Total	476	100,00
General Salgado	Araçatuba	226	29,47	Araçatuba	329	11,90
	Auriflama	289	37,68	Auriflama	364	50,70
	Outros	252	32,86	Outros	182	22,80
	Total	767	100,00	Total	875	100,00
Glicério	Araçatuba	91	11,39	Birigui	305	31,06
	Coroados	114	14,27	Coroados	158	16,09
	Penápolis	303	37,92	Penápolis	243	24,75
	Outros	291	36,42	Outros	276	28,11
	Total	799	100,00	Total	982	100,00
Guararapes	Araçatuba	892	45,56	Araçatuba	1.558	55,48
	Rubiácea	341	17,42	Birigui	231	8,23
	Valparaíso	242	12,36	Valparaíso	189	6,73
	Outros	483	24,67	Outros	830	29,56
	Total	1.958	100,00	Total	2.808	100,00
Guzolândia	Araçatuba	100	20,53	Araçatuba	173	30,89
	Auriflama	266	54,62	Auriflama	268	47,86
	Outros	121	24,85	Outros	119	21,25
	Total	487	100,00	Total	560	100,00
Luiziânia	Alto Alegre	150	35,89	Birigui	101	18,77
	Penápolis	125	29,90	Penápolis	237	44,05
	Outros	143	34,21	Outros	200	37,17
	Total	418	100,00	Total	538	100,00
Nova Luzitânia	Araçatuba	144	49,83	Araçatuba	152	30,40
	Gastão Vidigal	75	25,95	Turiúba	111	22,20
	Outros	70	24,22	Outros	237	47,40
	Total	289	100,00	Total	500	100,00

Destino	Imigrantes			Emigrantes		
	Municípios	N.A.	%	Municípios	N.A.	%
Penápolis	Alto Alegre	516	19,88	Alto Alegre	348	10,77
	Avanhandava	307	11,83	Araçatuba	710	21,97
	Araçatuba	254	9,79	Avanhandava	499	15,44
	Glicério	243	9,36	Barbosa	358	11,08
	Braúna	274	10,56	Birigui	337	10,43
	Outros	1.001	38,57	Glicério	303	9,38
	Total	2.595	100,00	Outros	677	20,95
				Total	3.232	100,00
Piacatu	Bilac	89	15,89	Araçatuba	157	16,17
	Gabriel	153	27,32	Birigui	433	44,59
	Santópolis do	95	16,96	Gastão Vidigal	218	22,45
	Outros	223	39,82	Outros	163	16,79
	Total	560	100,00	Total	971	100,00
Rubiácea	Araçatuba	148	26,67	Araçatuba	159	27,70
	Guararapes	321	57,84	Guararapes	341	59,41
	Outros	86	15,50	Outros	74	12,89
	Total	555	100,00	Total	574	100,00
Santópolis do Aguapeí	Araçatuba	51	16,45	Araçatuba	63	12,48
	Bilac	51	16,45	Birigui	78	15,45
	Clementina	74	23,87	Piacatu	95	18,81
	Outros	134	43,23	Outros	269	53,27
	Total	310	100,00	Total	505	100,00
Turiúba	Araçatuba	159	29,66	Birigui	267	49,35
	Buritama	169	31,53	Buritama	157	29,02
	Outros	208	38,81	Outros	117	21,63
	Total	536	100,00	Total	541	100,00
Valparaíso	Araçatuba	196	22,48	Araçatuba	875	56,56
	Guararapes	189	21,67	Bento de Abreu	211	13,64
	Bento de Abreu	133	15,25	Guararapes	242	15,64
	Outros	354	40,60	Outros	219	14,16
	Total	872	100,00	Total	1.547	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980); Fundação SEADE (1989). Tabulações especiais.

A sede regional (Araçatuba) recebeu migrantes particularmente de municípios limítrofes como Birigui, Guararapes, Valparaíso, Auriflama, Buritama e Bilac, bem como de Penápolis. Pode ser caracterizado como um subcentro regional, o município de Birigui, que teve seus maiores volumes de entrada de migrantes provenientes de Araçatuba, Bilac, Buritama, Clementina e Coroados. Do município de Penápolis partiram fluxos significativos em direção a Araçatuba, Avanhandava, Barbosa, Alto Alegre, Birigui e Glicério. Os fluxos migratórios entre os demais municípios apresentaram-se em menor volume.

O Mapa 1, em Anexo III, ilustra os fluxos migratórios intra-regionais ocorridos no período 1970/80.

A análise dessas informações permite dizer que, novamente, diferente de outras regiões do Estado (como Campinas e Santos), a RG de Araçatuba encontra-se numa etapa de consolidação regional, em que o município-sede tende a polarizar

praticamente todo o dinamismo regional, quer em termos econômicos como populacionais. Do ponto de vista demográfico, a polarização dos fluxos migratórios pelo município de Araçatuba pode possibilitar a retenção de uma população que potencialmente migraria.

Um dos efeitos positivos dessa consolidação de Araçatuba como capital regional refletiu-se, nos anos 80, através da retomada de saldo migratório positivo na Região (vide Tabela 10), cerca de 1.600 pessoas. O município de Araçatuba reverteu sua tendência migratória, passando de um saldo negativo de 322 pessoas, nos anos 70, para um saldo positivo de 4.508 pessoas, no período 1980/91, sendo que Birigui elevou seu saldo de 8.457 pessoas para 12.057 pessoas, nesses períodos.

PESQUISA DE CAMPO

Aspectos Metodológicos

A pesquisa de campo, realizada em três municípios da Região de Governo de Araçatuba, teve como objetivo geral verificar a sua tendência de crescimento econômico e populacional na década de 80. Além disso, buscou-se observar a emergência de novas culturas produtivas, implantação de núcleos industriais, o impacto da crise econômica na dinâmica local e o papel desempenhado pela migração no contexto regional.

As entrevistas foram realizadas entre setembro/outubro de 1992. A partir de leituras prévias e de informações obtidas junto ao Escritório Regional de Integração foi possível definir os três municípios pesquisados. Como critério geral de escolha, definiu-se pelos municípios que melhor representassem as mudanças verificadas na Região: Araçatuba, Birigui e Penápolis, que apresentaram taxas de crescimento populacional positivas nos períodos 1970/80 e 1980/91. Privilegiaram-se estas áreas, com crescimento positivo, justamente para evidenciar que a Região, e particularmente alguns municípios, vem passando por um processo de redinamização econômico-demográfica.

Além desse critério populacional, os três municípios apresentam especificidades, que são descritas a seguir:

a) **Araçatuba:** cidade polo regional. A atividade pecuária é predominante no município que, até hoje, define o preço da arroba do boi para o mercado nacional. O plantio da cana-de-açúcar e a produção do álcool em destilaria assumiram, na última década, importância considerável na economia local e contribuíram para ampliar a oferta de emprego, atraindo e fixando a mão-de-obra.

A cidade dispõe de uma estrutura de comércio e serviços ainda limitada para atender às necessidades regionais, sendo frequentes os deslocamentos de parcela de seus habitantes para os municípios de São José do Rio Preto, Bauru e Ribeirão Preto em busca de atendimento às suas necessidades de consumo. Apesar disso, a cidade é responsável pelo atendimento de uma parte representativa da população regional, principalmente nos serviços de saúde e ensino de segundo grau e superior.

b) **Birigui:** foi, entre os municípios da Região, aquele que mais cresceu na última década. Apesar de se localizar vizinho à Araçatuba, o município tem sua base econômica caracterizada pela produção industrial de calçados, constituindo-se em importante centro produtor de calçados infantis da América Latina.

A oferta de emprego na indústria "calçadeira" tem atraído e absorvido grande contingente de trabalhadores para a cidade, que recebe diariamente um grande fluxo de migrantes pendulares com origem em outros municípios localizados nas proximidades.

c) **Penápolis:** a economia do município foi dinamizada a partir da instalação de uma usina produtora de álcool e açúcar. Com ela, o município passou a apresentar um novo estágio de crescimento que incluiu recentemente a instalação de uma usina de beneficiamento do látex in natura. Porém, o município, hoje, se destaca por sediar um consórcio de saúde que abrange vários municípios. Com esse consórcio, Penápolis passa a despontar como importante centro de referência regional para o atendimento à saúde.

Destaque-se que as entrevistas realizadas com agentes institucionais (Anexo II), tiveram como objetivo responder à questão inicialmente proposta, qual seja de identificar elementos na dinâmica regional que contribuam para reconstituir o seu crescimento econômico e populacional.

REGIÃO DE GOVERNO DE ARAÇATUBA: À ESPERA DE INVESTIMENTOS QUE DINAMIZEM SUAS POTENCIALIDADES

De uma economia originariamente caracterizada pela produção cafeeira, a Região foi se configurando como área de atividade pecuária predominante, tendo como cidade polo o município de Araçatuba. Do ponto de vista de sua localização e acessibilidade apresenta situação satisfatória, pois se situa próxima aos municípios de Bauru e São José do Rio Preto, integrando-se pela Rodovia Marechal Cândido Rondon e pela Estrada de Ferro da Rede Ferroviária Federal – Noroeste do Brasil. A partir da estrada tronco, Marechal Rondon, os municípios

da Região se integram através de estradas vicinais.

O final dos anos 70 e os anos 80 representaram para a Região significativas mudanças no perfil econômico, a partir da implantação do Proálcool, com a instalação de usinas e destilarias que ampliaram sobremaneira a oferta regional de emprego. Por outro lado, a recente execução das obras da hidrovía Tietê/Paraná e a duplicação da Rodovia Marechal Rondon reafirmam as condições favoráveis da localização da Região, que poderá ser beneficiada mais diretamente pelo processo de dinamização da economia do Interior paulista. Além disso, a implantação do asfalto entre os municípios de Três Lagoas e Campo Grande (Mato Grosso do Sul) facilitará o acesso, pela Região, do Estado de Mato Grosso do Sul ao Estado de São Paulo, acesso este que hoje é realizado, predominantemente, por Presidente Prudente.

Finalmente, a disponibilidade de solo muito fértil poderá propiciar a introdução de novas culturas agrícolas, favorecendo a instalação de complexos agroindustriais, que são apontados como alternativa para garantir o crescimento da Região.

Município de Araçatuba

O município de Araçatuba, cuja base econômica incluiu de forma exclusiva por longo período de tempo a atividade pecuária, nos anos 80 teve sua economia dinamizada a partir do Proálcool.

"O nosso industrial é o verdadeiro fazendeiro. O negócio dele é terra e gado" (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia).

"Araçatuba é uma cidade muito jovem. Na sua história ela tem recebido muitos migrantes. "Ela está ansiando por um desenvolvimento mais sólido" (Secretaria Municipal de Planejamento).

"Nós precisamos de agroindústria" (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Alcool).

"Aqui tem pouca gente rica, que pode investir aqui" (Secretaria de Promoção Social do Governo do Estado).

O município de Araçatuba apresenta, em função da pecuária, uma grande concentração de terras pelos pecuaristas. Estes, para expandir as suas áreas de pastagens, passam a adquirir cada vez mais terras em outros Estados, notadamente no de Mato Grosso do Sul. Há pecuaristas locais cujo *"plantei inclui 20.000 cabeças de gado"* (Sindicato Rural Alta Noroeste).

Com o Proálcool e os incentivos fiscais, alguns pecuaristas do município destinaram parte de suas terras para a plantação de cana-de-açúcar e instalação de destilarias (quatro), diversificando a atividade econômica e contribuindo para mudar a paisagem local que hoje, além do gado, inclui grandes canaviais.

Além dos grandes latifundiários, a estrutura produtiva local envolve alguns pequenos e médios produtores, que cultivam cana-de-açúcar, algodão, feijão, amendoim, soja e tomate. Entretanto, esses produtores cada vez mais "perdem" suas terras para os grandes latifúndios.

A partir da década de 70, Araçatuba passou a abrigar a indústria de processamento de tomates – Paulette – e uma unidade da Nestlé, que produz o leite em pó. Essas duas unidades industriais absorvem a produção local de tomates e parte da produção leiteira.

Embora a cidade seja reconhecida como a capital do boi gordo, particularmente na Praça Rui Barbosa ou "Praça do Boi" – onde define-se o preço da arroba do boi – a cidade abriga apenas dois grandes frigoríficos – o Araçafrio e um outro da Sadia (importação de carne para o Oriente Médio). Isto porque outros municípios da Região, e mesmo fora dela, dividem o abate do boi com o município. Para alguns, o fato da cidade não concentrar o abate do boi, e sim a sua engorda, é considerado um empecilho para o desenvolvimento, pois implica na evasão de divisas. Ou seja, os benefícios da pecuária para a economia de Araçatuba são muito reduzidos.

No contexto descrito acima, a introdução da cana-de-açúcar e a produção de álcool é aceito por todos como o elemento dinamizador da economia local na década de 80. Com a cana-de-açúcar, a cidade passou a dispor de uma atividade que absorve grandes contingentes de mão de obra com desdobramentos no comércio e serviços da cidade.

"Se tirar o álcool de Araçatuba, a Região retrocede" (Empresário).

"O que atrapalha na produção da cana e do álcool é a sazonalidade" (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Álcool).

"A cana atraiu muita gente para cá. Tem gente que vem e não tem nem onde se acomodar" (Secretaria da Promoção Social do Governo Estadual).

A cana de açúcar, além dos benefícios, também trouxe uma série de problemas

para o município. Entretanto, o impacto sobre a cidade é bastante positivo.

Entre os aspectos positivos, destacam-se, para a década, a dinamização do comércio, com implantação de lojas de departamentos, supermercados e uma maior diversificação dos serviços. Por outro lado, com a migração dos "boias-frias" da cana-de-açúcar e a sazonalidade da atividade, a cidade passou a apresentar problemas de *déficit* habitacional e uma população desempregada no período de entressafra. Os trabalhadores da cana-de-açúcar, que num primeiro momento foram arregimentados por "gatos"¹¹ em outros Estados (Goiás, Alagoas, Bahia e Minas Gerais), foram se fixando na cidade e passaram a ser referência para outros migrantes. Apesar disso, a migração ainda não é considerada como um problema para Araçatuba.

Na verdade, o município se ressentia da falta de reinvestimentos na economia por parte dos empresários locais. A priorização da atividade pecuária exigia cada vez mais a ampliação das áreas de pastagens, como aquisição de terras em outras Regiões e Estados (notadamente Mato Grosso do Sul).

A década também envolveu uma dinamização da atividade industrial urbana. A partir de uma política definida em âmbito municipal, a Prefeitura criou cinco distritos industriais, gerou incentivos na cidade, contribuiu para a instalação de indústrias de metalurgia, móveis, cadernos, utensílios domésticos e confecções. Também foram dinamizados os serviços de processamento de dados, informática e, principalmente, comunicações. Hoje, a cidade, além de um canal local de televisão (a TV Imprensa, do grupo SBT) possui geradoras da Rede Globo, Manchete, Record, Cultura e Bandeirantes. Os serviços bancários e de hotelaria também foram ampliados.

A cidade de Araçatuba, no entanto, não diversificou o serviço de transporte. Dispõe de um serviço de táxi de preço elevado, uma vez que a frota é muito ociosa. A ligação com a Capital do Estado é monopólio de uma única empresa de transportes, a Empresa Reunidas, enquanto as cidades de Bauru e São José do Rio Preto (distantes até 100 km) dispõem de oferta variada. Por outro lado, o aeroporto da cidade se sobressai por abrigar várias aeronaves particulares, pertencentes aos pecuaristas locais.

A construção civil também apresentou uma dinamização muito significativa em função de construções particulares e de casas populares. Essa atividade também absorveu parte dos trabalhadores originariamente da cana-de-açúcar. As

¹¹ Indivíduos responsáveis pela arregimentação de trabalhadores rurais em outras áreas.

construções individuais para atender os "ricos" da cidade consolidaram o bairro Vila Nova York como área que abriga apenas classe alta e classe média alta. Enquanto as casas populares são construídas pela Cooperativa Habitacional Regional de Interesse Social – CRHIS, a população pobre reside nos bairros Umuarama, Alvorada, São José e Mão Divina.

A expansão da área urbana da cidade se deu a partir da abertura de avenidas e ruas, através das quais a cidade cresceu para a periferia e passou a apresentar, na sua malha urbana, grandes espaços vazios destinados a especulação imobiliária.

Os serviços básicos considerados como de responsabilidade do Governo, (especificamente saúde e educação), de acordo com as entrevistas, não foram ampliados de forma significativa. Apesar disso, a cidade dispõe de Faculdade de Direito, Faculdade de Odontologia (referência interestadual) e Faculdade de Veterinária, além de ser referência regional para o atendimento ao ensino de 2º grau e profissionalizante. A estrutura disponível para atendimento médico hospitalar tem abrangência regional, porém com encaminhamento dos casos mais graves para o município de São José do Rio Preto.

Algumas entrevistas associam o crescimento, ainda reduzido, da cidade à questões políticas de ordem local. Alegam que não há no município representantes políticos capazes de intervirem nas várias esferas do poder para atrair investimentos para a cidade. Ou seja, o desenvolvimento do município passa, antes de mais nada, por uma opção de ordem política capaz de mudar o quadro atual, no qual o município de Araçatuba é *"sufocado pelo crescimento de Bauru e Rio Preto, que contam com lideranças políticas representativas"* (Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio).

Entretanto, Araçatuba apresenta potencialidades de crescimento que são vinculadas a implantação de complexos agroindustriais, capazes de diversificar a produção local.

A expectativa de um crescimento mais dinâmico é favorecida com a duplicação da Rodovia Marechal Rondon e implantação da hidrovía Tietê/Paraná, através da qual o município passará a dispor de um porto intermodal. Esses dois empreendimentos propiciarão ao município uma melhor integração com áreas mais dinâmicas do Estado, reduzindo significativamente o isolamento configurado em décadas passadas, principalmente pela quase desativação da rede ferroviária (por exemplo, a Noroeste Brasil).

A expectativa de crescimento repete-se quando considerados a implantação de um Shopping Center (em construção) e as obras que deslocarão os trilhos do trem

da área central da cidade, que passará a contar com uma área ampliada e revitalizada.

Especificamente no que diz respeito aos movimentos migratórios locais, cabe ressaltar que, além dos trabalhadores atraídos pelo plantio de cana (com origens nos Estados de Goiás, Bahia, Minas e Alagoas), a cidade recebeu migrantes de outros municípios da Região e, principalmente, os saldos das barragens da Ilha Solteira, Promissão e Avanhandava. Apesar de pouco intensa, a migração para o município é predominantemente intra-regional e continua a incluir o fluxo campo-cidade. O desmembramento, em dezembro de 1991, de uma área de Araçatuba – com criação do município de Santo Antônio do Aracanguá, não representou perda populacional significativa, como já apontado.

Finalmente, cabe ressaltar que os efeitos da crise, característica da economia nacional nos últimos anos, sobre a economia do município representou o impedimento de ampliação e introdução de indústrias na cidade. Apesar dos incentivos oferecidos pela administração local, com doação de terrenos e isenção de impostos, os investimentos aguardados não chegaram. Dessa forma, o município espera com anseio empreendimentos que se diferenciem da pecuária e da cana-de-açúcar.

Município de Birigui

O município de Birigui cresceu significativamente na década de 80. Entre os municípios da Região, foi aquele que mais cresceu; sua população, que, em 1980, era de 50.899 habitantes passou para 75.054, em 1991.

A dinamização da economia do município incluiu o fortalecimento e consolidação da indústria de calçados. No passado, o município abrigou pequenos e médios proprietários rurais com uma produção agrícola pouco representativa e era chamado pelos moradores de Araçatuba de "Fazendinha".

A consolidação da indústria de calçados conduziu Birigui a se caracterizar como importante centro produtor, com referência nacional e mesmo na América Latina. A produção de calçados remonta ao final da década de 50, com a instalação de oficinas e produção artesanal de calçados.

O empresariado característico é aquele originário do próprio município, priorizando reinvestimentos em nível local. Dessa forma, a cidade chega à década de 90 com uma intensa produção de calçados e como importante centro regional receptor de migrantes da região e de áreas próximas. Além dos migrantes que nela se fixam, há um grande contingente de migrantes pendulares que se deslocam diariamente de suas cidades para trabalhar nas indústrias de Birigui; as prefeituras de Glicério,

Bilac, Piacatu, Coroados e Gabriel Monteiro mantêm ônibus diários para o transporte desses trabalhadores.

Especificamente a cidade de Rinópolis (localizada na RG de Tupã) caracterizou-se na década de 80 por perder parcela significativa de sua população para Birigui. O Jardim Tozelar na cidade de Birigui é chamado pejorativamente de "Birinópolis", por abrigar esses migrantes.

Na década de 80, o período que compreendeu o Plano Cruzado foi considerado como aquele que conduziu à indústria calçadeira a situação atual de dinamização. A partir dele, várias pequenas indústrias foram sendo ampliadas e outras foram sendo instaladas, por trabalhadores do setor. A indústria, em momentos de pico de produção, chegou a empregar 13.000 trabalhadores.

Hoje, a cidade dispõe de um Centro de Formação de Mão-de-Obra dirigida para atender às necessidades das indústrias de calçados, que envolve a Prefeitura Municipal, o Sindicato Patronal e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI.

A partir da indústria de calçados, e para atender sua demanda, novos empreendimentos foram implantados: fábricas de cola, fábricas de sola e de palmilha. Essa dinamização da economia também incluiu a instalação de fábricas de confecções e móveis. O setor de comércio e serviços também foi ampliado e incluíram novos bancos, casas comerciais, lojas de departamentos e escritórios especializados de consultoria.

O crescimento de Birigui é representado também pela ampliação da sua área urbana e o surgimento de novos bairros para abrigar essa população migrante: Jandáia, Parque das Nações, São Conrado, Bosque da Saúde, Vale do Sol e Jardim São Braz. O atendimento da demanda provocada pelos novos moradores inclui também a construção de dois conjuntos habitacionais Ivone Alves e Tereza Maria Barbieri – pela Companhia de Habitação do Estado de São Paulo – COHAB e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU.

A construção de um terminal rodoviário, a abertura de avenidas e ruas, a ampliação da rede de esgoto e de água e dos serviços de saúde (repasso do SUDS) foram os investimentos priorizados pela administração municipal na década. Hoje, a cidade não tem favelas e nem cortiços.

"Birigui foi a cidade que mais cresceu" (Departamento de Promoção Social).

"A cidade cresceu muito. Veio muita gente de fora" (Sindicato das Indústrias de Calçados e Confecções).

"Hoje, Birigui tá mais independente de Araçatuba. Ainda tem gente que vai daqui pra estudar e fazer compras lá. Mas também tem gente que vem de lá e trabalha aqui" (Sindicato das Indústrias de Calçados e Confecções).

A ampliação do comércio se deu a partir da instalação de lojas de departamentos e magazines, lojas de eletrodomésticos e pequenas casas comerciais de roupas, calçados e alimentos, classificadas como microempresas.

É grande o número de estudantes que se deslocam diariamente para Araçatuba onde cursam o segundo grau e o curso superior. A cidade, porém, oferece cursos de nível universitário de Processamento de Dados e Desenho Industrial, através de uma faculdade mantida pela Fundação Municipal.

A cidade ainda não tem plano diretor aprovado, mas está em discussão uma proposta elaborada por um escritório especializado.

A crise que caracteriza a economia nacional afetou de forma negativa a economia da cidade que tem sua arrecadação predominantemente oriunda da indústria. Hoje, o setor já apresenta sinais positivos de recuperação, principalmente porque inclui entre seus produtos a fabricação de calçados esportivos (tênis) que são mais baratos e de tem grande aceitação no mercado nacional.

O desdobramento da dinamização econômica também inclui a construção de prédios residenciais para atender a população de renda mais elevada, ampliando-se, dessa forma, a oferta de empregos na construção civil.

Finalmente, cabe ressaltar em relação ao município de Birigui que a década de 80 representou a consolidação de uma economia própria, capaz de gerar empregos e dinamizar o comércio e serviços da cidade. Dessa forma, Birigui cresce e desponta como núcleo urbano emergente na Região.

Município de Penápolis

Com uma base produtiva anteriormente caracterizada pela pecuária, desenvolvida por pequenos e médios sitiantes e também grandes fazendeiros, o município foi beneficiado pela instalação de uma usina produtora de álcool e açúcar. Esta, além de contribuir para a fixação de trabalhadores locais, atraiu com menor intensidade migrantes de outros municípios, principalmente os da própria Região.

Sobre o crescimento da cidade há opiniões divergentes: ele é afirmado por uns e negado por outros. Mas é consenso que a usina contribuiu muito para a economia do município.

Na década de 80, as sucessivas administrações municipais, vinculadas a um mesmo programa político partidário, contribuíram para que Penápolis se destacasse em termos de boa qualidade de vida para seus moradores. Hoje, a população é servida em 100% de água tratada e esgoto. A implantação de linhas de transporte urbano e de creches são serviços urbanos mais recentes na cidade.

No decorrer dos anos 80, com a implementação da municipalização da saúde, o município foi se destacando nesse setor e, hoje, já tem o Sistema Unificado de Saúde implantado. Por outro lado, Penápolis sedia um Consórcio de Saúde, que envolve os municípios de Alto Alegre, Avanhandava, Braúna, Glicério, Luiziânia, Clementina, Barbosa e Santópolis do Aguapeí. Com esse consórcio, que inclui o Banco Nacional do Desenvolvimento Social – BNDS e com a orientação da Faculdade de Medicina de Botucatu, Penápolis possui hoje cursos de enfermagem e técnico em enfermagem e, ainda, um hospital de referência externa ao município – a Santa Casa de Misericórdia, que teve sua área e serviços ampliados, incluindo maternidade, pediatria, centros cirúrgico e obstétrico e uma Unidade de Terapia Intensiva – UTI. Para a administração municipal, com esse Consórcio, a tendência do município é de se especializar no atendimento à saúde e se consolidar como referência regional.

O comércio da cidade é pouco dinâmico e está concentrado basicamente em uma única rua central. Mesmo assim, foi ampliado com a instalação de lojas de eletrodomésticos. Parcela da população, porém, continua a realizar suas compras em Araçatuba, Lins e São José do Rio Preto.

A fixação dos trabalhadores da cana-de-açúcar na cidade foi acompanhada por problemas de *déficit* habitacional. Através de programas específicos, a administração municipal tem produzido habitações populares em regime de mutirão. A experiência de mutirão e as casas construídas pelo CDHU totalizam cerca de 1.600 novas unidades habitacionais no município.

A malha urbana da cidade foi ampliada com a abertura e pavimentação de ruas e avenidas. Essa expansão, entretanto, ainda não caracteriza um processo inicial de periferização. Mesmo assim, a população com renda mais baixa reside nesses novos conjuntos.

Especificamente no que diz respeito a sua economia, o município de Penápolis

poderá vivenciar um novo processo de dinamização pós-cana-de-açúcar, com a instalação recente de uma usina de beneficiamento do látex *in natura*. Este empreendimento representa para o município a continuidade de um processo de crescimento iniciado a partir do Proálcool.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Região de Governo de Araçatuba, cuja base econômica inicial foi a produção cafeeira (responsável pela ocupação pioneira da porção Oeste do Estado), foi se configurando no decorrer dos últimos cinquenta anos como importante centro criador e reprodutor de rebanho bovino. Entretanto, a pecuária se caracteriza pela necessidade de grandes extensões de terra e por empregar pouca mão-de-obra; fato este que contribuiu para que a Região fosse se configurando como área de evasão populacional.

No final da década de 70, e nos anos 80, a economia regional foi impulsionada pela implantação do Proálcool, sendo este o maior investimento econômico das duas últimas décadas. A instalação de usinas e, principalmente, destilarias de álcool representou a introdução de uma atividade capaz de atrair e fixar trabalhadores na Região, contribuindo para mudar o quadro de evasão populacional configurado em décadas anteriores.

O processo de crescimento econômico e demográfico da Região envolve aspectos positivos e negativos. De positivo, tem-se uma localização privilegiada: área de fronteira estadual, com potencial energético significativo e uma infraestrutura para transporte e deslocamento que inclui rodovia, ferrovia e, com a conclusão da Tietê/Paraná, incluirá a hidrovia. A Região possui também um solo muito fértil.

Por outro lado, a sua economia esteve sempre caracterizada pela predominância de "ciclos produtivos" – café, gado e cana-de-açúcar, caracterizados por uma forte concentração de riquezas e pouca diversidade de investimentos. O balanço desses aspectos contribui para que a Região de Governo de Araçatuba se sobressaia mais pelas potencialidades de crescimento que ela dispõe do que por um dinamismo econômico existente. Se por um lado, a Região define o preço da arroba do boi para o mercado nacional, por outro lado, ela divide o abate do gado com outras regiões e Estados (notadamente o Mato Grosso).

Ao mesmo tempo em que é cortada por uma ferrovia que liga o Brasil a outros países da América do Sul, ela assiste a quase desativação dessa mesma ferrovia. Se hoje, a expansão dos complexos agroindustriais da RG de São José do

Rio Preto (vizinha da RG de Araçatuba) é uma realidade, para a RG de Araçatuba esses complexos agroindustriais são investimentos aguardados com ansiedade para dinamizar suas potencialidades.

Enfim, o conjunto das entrevistas aponta para a existência de um problema de falta de lideranças políticas regionais capazes de modificar o quadro atual, no qual os investimentos aplicados na Região ainda estão em descompasso com as suas potencialidades. Estas, comportariam perfeitamente a instalação de complexos agroindustriais diversificados com parte significativa da produção dirigida para o mercado exterior, como já ocorre em outras regiões do interior do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Reorganização espacial da população no interior paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, p. 69-74, 1989.
- CANO, W.; PACHECO, C. A. O processo de urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica demográfica. In: ENCONTRO DA ANPUR, 3., 1989, Águas de São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ANPUR, 1989.
- COSTA, L. B.; WONG, L. R. **Região de Araçatuba**: uma área de esvaziamento populacional? São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1982. (Análise Demográfica Regional).
- CUNHA, J. M. P.; RODRIGUES, I. Processos migratórios no Estado de São Paulo uma perspectiva regional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 3, n. 3, p. 61-68, 1989.
- _____. Migração nas regiões administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, SP, v. 4, n. 2, 1987.
- ELIAS, C. M. C. **Migração no interior do Estado de São Paulo**: Região de Governo de Araçatuba. São Paulo, SP: Fundação SEADE, 1992. (Relatório de Bolsista de Aperfeiçoamento CNPq) (Mimeo).
- FUNDAÇÃO SEADE. **O novo retrato de São Paulo**. São Paulo, SP, 1993.
- _____. **Anuário Estatístico do Estado de São Paulo 1991**. São Paulo, SP, 1991.
- _____. Migração no interior do Estado de São Paulo. **Informe Demográfico 23**, São Paulo, SP, 1990.
- _____. **Informe Demográfico 01**, São Paulo, SP, 1980.
- IBGE. **Censo Industrial do Estado de São Paulo 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1983. (IX Recenseamento Geral 1980).
- _____. **Censos Demográficos do Estado de São Paulo 1940 a 1980**. Rio de Janeiro, RJ, 1940-1980.
- MARTINE, G.A **redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília, DF: IPEA, 1994. (Textos para Discussão, 329).
- RODRIGUES, R. N.; PERILLO, S. R. Perspectivas da migração no Estado de São Paulo e nas 11 regiões administrativas para o período 1980-2000. **Informe Demográfico 19**, São Paulo, SP, 1980.
- SAAD, P. M. Evolução da população urbana e rural nas 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo: 1940-1970. **Informe Demográfico 01**, São Paulo, SP, 1980.
- SEPLAN/CAR – SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. **Diagnóstico da 9ª Região Administrativa**: Araçatuba. São Paulo, SP, 1972.

ANEXOS

ANEXO I

Municípios da Região de
Governo de Araçatuba

- | | |
|-----------------------|---------------------------------|
| 1 – Alto Alegre | 16 – Glicério |
| 2 – Araçatuba | 17 – Guararapes |
| 3 – Auritlama | 18 – Guzolândia |
| 4 – Avanhandava | 19 – Lourdes |
| 5 – Barbosa | 20 – Luiziânia |
| 6 – Bento de Abreu | 21 – Nova Lusitânia |
| 7 – Bilac | 22 – Penápolis |
| 8 – Birigui | 23 – Piacatu |
| 9 – Braúna | 24 – Rubiácea |
| 10 – Buritama | 25 – Santópolis do Aguapeí |
| 11 – Clementina | 26 – Santo Antônio do Aracanguá |
| 12 – Oxoados | 27 – São João de Iracema |
| 13 – Gabriel Monteiro | 28 – Turiúba |
| 14 – Gastão Vidigal | 29 – Valparaíso |
| 15 – General Salgado | |

ANEXO II

Entrevistas Realizadas

Município de Araçatuba

Secretaria Municipal *de* Planejamento

Secretaria de Habitação e Promoção Social

Secretaria de Agropecuária, Indústria e Comércio

SIRAN – Sindicato Rural Alta Noroeste

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Alcool

Escritório Regional de Integração (ERI/SEPLAN)

G.J. Candidato a Vereador pelo PTB

E.G.C. – Empresário e Candidato a Vereador

Secretaria de Promoção Social do Governo do Estado – Divisão Regional

Município de Birigui

Departamento de Planejamento e Finanças da Prefeitura Municipal

Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal

Departamento de Promoção Social da Prefeitura Municipal

Sindicato das Indústrias de Calçados e Vestuário

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados e Vestuário

Município de Penápolis

Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal

Coordenadoria de Saúde do Município

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

ANEXO III

MAPA I – Principais fluxos intra-regionais Região de Governo de Araçatuba 1970/1980

